
**QUEM PRODUZ COMIDA PARA OS BRASILEIROS? 10 ANOS DO
CENSO AGROPECUÁRIO 2006¹.****¿QUIEN PRODUCE COMIDA PARA LOS BRASILEÑOS? 10 AÑOS
DEL CENSO AGRO GANADERO 2006****WHO PRODUCES FOOD FOR THE BRAZILIANS? 10 YEARS OF
THE AGRICULTURAL CENSUS 2006****Marco Antonio Mitidiero Junior²***mitidierosp@yahoo.com.br***Humberto Junior Neves Barbosa³***humberto.panda@hotmail.com***Thiago Hérick de Sá⁴***thiagoherrickdesa@gmail.com***RESUMO**

O texto tem como objetivo analisar a mais importante base de dados da agropecuária brasileira realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Censo Agropecuário coleta informações em campo sobre as características dos estabelecimentos rurais, a produção agropecuária, a ocupação laboral no campo e uma infinidade de variáveis e detalhamentos que caracterizam as formas de apropriação da terra e a produção agrícola e pecuária. A análise dos dados mostrou a supremacia produtiva dos pequenos estabelecimentos rurais em relação aos médios e grandes estabelecimentos. O texto também teve como objetivo discutir metodologias de tratamentos dados do Censo e o debate intelectual sobre o tema.

Palavras-chave: Censo Agropecuário; produção agropecuária; pequena produção camponesa/familiar.

RESUMEN

EL texto tiene por objetivo analizar la más importante base de datos de la agro ganadería brasileña realizada por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE). El Censo Agro Ganadero colecta informaciones de campo sobre las características de los establecimientos rurales, la producción agro ganadera, la ocupación laboral de campo y una infinidad de variables y especificidades que caracterizan las formas de apropiación de la tierra y la producción agrícola y ganadera. El análisis de datos muestra la supremacía productiva de los pequeños establecimientos

¹ Embora o título do artigo refira-se a produção de alimentos (“comida”), a qual será foco central dos argumentos desenvolvidos a partir da análise dos dados do Censo Agropecuário IBGE-2006, apresentaremos dados das demais produções coletadas pelo censo que não são necessariamente produções voltadas a alimentação. Também apresentaremos dados da estrutura fundiária, ocupação laboral e financiamento.

² Professor Doutor do Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba.

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba.

⁴ Doutor em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisador do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (NUPENS-USP).

rurales a lo que concierne a los medianos y grandes establecimientos. El texto también tuvo por objetivo discutir metodologías de tratamiento de datos del Censo y el debate intelectual sobre el tema.

Palabras-clave: Censo Agro Ganadero; producción agro ganadera; pequeña producción campesina/familiar.

ABSTRACT

The purpose of this text is to analyze the most important database of the Brazilian agricultural and livestock farming carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The Agricultural Census collects field information on the characteristics of rural establishments, agricultural production, labor occupation in the field and a myriad of variables and details that characterize the forms of land appropriation and agricultural and livestock production. Data analysis showed the productive supremacy of small rural establishments in relation to medium and large establishments. The text also had as objective to discuss methodologies for data analysis from the Census and the intellectual debate on the subject.

Keywords: Agricultural Census; agricultural production; small peasant/family production.

INTRODUÇÃO

Em 2016 completamos 10 anos do Censo Agropecuário 2006, a mais importante base de dados da agropecuária brasileira a cargo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Uma década passada e o referido censo, do ponto de vista da sua abrangência, continua sendo a principal base de dados que serve de referência às análises dos pesquisadores e do poder público e, em menor importância, do mercado agropecuário, já que este, dada sua tendência à especialização produtiva, produz dados e estimativas de apenas alguns produtos de importância exportadora. De qualquer modo, o alcance da coleta de dados censitários (não amostral) reúne a mais sólida base de dados quantitativos sobre o rural brasileiro. O censo coleta informações em campo sobre as características dos estabelecimentos rurais, a produção agropecuária, a ocupação laboral no campo e uma infinidade de variáveis que caracterizam as formas de apropriação da terra e a produção agrícola e pecuária⁵.

⁵ O Censo Agropecuário 2006 introduziu a coleta de novas variáveis a fim de acompanhar as transformações que ocorrem no rural brasileiro. Essas novas variáveis envolvem questões referentes à caracterização do produtor, como sexo, tempo de direção do estabelecimento e migração, além de informações sobre pluriatividade econômica do produtor e membros da família, informações sobre as diferentes práticas agrícolas e formas de ocupação da área, sobre manejo e conservação do solo, utilização de agrotóxicos, agricultura orgânica, atividades aquícolas, disponibilidades de água dentro do estabelecimento, diferenciação entre agricultura familiar e não familiar etc.

O Censo Agropecuário do IBGE realizou a coleta de dados em 2007, porém tendo como referência o ano civil de 2006. Esta coleta, diferente dos censos passados, assegurou a completa digitalização na captação dos dados. Do formulário de papel e do registro a lápis, o recenseador passou a usar um computador de mão (Personal Digital Assistant – PDA) onde inseriu as respostas em um formulário eletrônico. Essa novidade, evidentemente, facilitou muito o processo de dados, que, a partir desse momento, passa a ser “baixado” nas unidades centrais do IBGE, não mais precisando ser “digitados”. Estranhamente a tecnologia não apressou a divulgação dos resultados, que vieram a público apenas em 2010. Apesar das justificativas do IBGE, o atraso pode ter sido uma decisão política diante do que os dados revelaram, sendo esse nosso interesse nesse artigo⁶.

O lapso temporal entre a coleta do Censo Agropecuário 1995/96 e a disponibilização dos dados do último Censo foi de 14 anos, já que os dados coletados em 2006 só foram divulgados em 2010. Este lapso temporal não contribui em nada para aqueles que visam analisar e projetar o rural brasileiro. Além disso, o desleixo governamental, diante de importantes bases estatísticas sobre a sociedade e o território, vem a perpetuar com o que Oliveira (2010) asseverou: “*o Estado brasileiro não tem controle algum sobre seu território, aliás, nunca teve*”.

E esse desleixo parece ser uma tônica mesmo diante de tecnologias modernas de registro, coleta e processamento de dados quantitativos, vide o atraso na divulgação dos dados e do pronunciamento de que o próximo Censo Agropecuário não seria realizado em 2016, mas sim, em 2017. Em um segundo pronunciamento, o IBGE informou que a realização do Censo em 2017 também seria cancelada devido a cortes no orçamento e que a próxima coleta não tinha data prevista, ou seja, romper-se-ia a periodicidade do Censo⁷. O adiamento da coleta produziria uma série histórica descompassada e pela primeira vez o período de tempo de realização entre um e outro censo ultrapassaria 10 anos, como podemos ver na sua série histórica: 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006. Porém, no soar do gongo do ano de 2016, o IBGE voltou atrás e declarou a realização do Censo Agropecuário 2016 (com a coleta dos dados no final de 2017 e início

⁶ O penúltimo censo que teve como referência os anos 1995/1996 foi divulgado entre 1997 e 1998, portanto com um período de tratamento e divulgação bem menor do que o Censo 2006. A última apuração do Censo 2006 (o que o IBGE chama de segunda apuração) foi disponibilizada apenas em 2012, 5 anos após a coleta dos dados.

⁷ Ver nota informativa do IBGE:

http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/destaques/2016_04_18_comunicado_censo_agropecuario.shtml, acesso em 20/09/2016. Ver também informações sobre cancelamento de processo seletivo para os recenseadores e devolução da taxa de inscrição: <https://www.concursosnobrasil.com.br/2016/04/concurso-ibge-censo-agropecuario-2016.html>, acesso em 20/09/2016.

de 2018) com cortes tanto do orçamento quanto do questionário e das características a serem investigadas.

Nem o possível adiamento de inigualável base de dados, muito menos os cortes no questionário que limitam a abrangência e detalhamento do universo rural a ser pesquisado, surtiu críticas vindas do agronegócio e representantes dos grandes proprietários fundiários. Tal posicionamento inerte é de se estranhar, já que o Brasil se coloca como um grande celeiro no mercado mundial de matérias primas agroalimentares e, internamente, a economia gerada pelo setor agropecuário possui o *status* de assegurar o *superávit* na balança comercial.

A pergunta que permanece é: por que o grande setor agroexportador e os grandes proprietários rurais não se indignaram com o atraso e a incerteza da coleta de dados e base estatística mais importante para o setor?⁸ A resposta a essa questão é a base dos argumentos apresentados nesse artigo.

O ponto de partida para reflexionar esse comportamento é o de que as revelações obtidas com os Censos Agropecuários não são de interesse do grande agronegócio, podendo se constituir até em uma ameaça a esse setor. Por isso, é de interesse da grande agropecuária que o censo 2016 seja uma base de dados dilacerada e obscura, com intenções bem definidas pelo setor do grande capital agronegócio. Não é por menos que o novo censo será o *censo do golpe*⁹.

Vale lembrar que o censo é uma lei, portanto com fundamento legal de obrigatoriedade (Lei nº 5.878 de 11 de março de 1973). Caso a coleta ocorra sem problemas em 2017, e o processamento e divulgação dos dados leve 4 anos para vir a público, como ocorreu com o último anuário, teremos acesso a mais nova radiografia do campo brasileiro apenas em 2021, 14 anos após a última coleta.

Diante dessa realidade, os dados que dispomos do censo 2006 cristalizam uma situação registrada naquele período, evidentemente desatualizada perante a algumas transformações que inevitavelmente ocorreram na exploração do espaço rural. Dez anos são dez anos e muitas das dimensões do rural podem ter mudado ou se intensificado. Contudo, visitar o Censo Agropecuário aniversariando uma década, não se justifica

⁸ Mesmo que a ex-ministra da Agricultura, Katia Abreu, tenha reclamado do cancelamento do censo - como voz única e não muito severa como ela costuma ser - as representações dos ruralistas avaliaram abertamente que o “*adiamento do Censo afeta mais o pequeno produtor*”. Os argumentos do diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Luiz Cornacchione, defendem que o grande agronegócio possui recursos para contratação de consultorias de levantamento de dados. Ver: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2016/04/setor-avalia-que-adiamento-de-censo-afeta-mais-pequeno-produtor.html>, acesso em 16/06/2016.

⁹ Discutiremos o Censo Agropecuário 2016 na parte final desse texto.

apenas por conhecer um retrato do Brasil rural de um passado próximo, mas trabalhar a base de dados mais atual existente e disponível sobre a totalidade do campo. Além disso, esses dados apontam para o passado e o futuro do uso da terra. A análise das séries históricas do censo do IBGE, sobretudo de 1970 em diante, indica uma rápida evolução nos índices de produtividade decorrentes das mudanças das bases técnicas da produção, ao passo que revelam a perpetuação da concentração fundiária e de capitais e a presença marcante da agricultura camponesa. Nesse horizonte, revisitar o censo nos possibilita indicar e até concluir características fundantes da ocupação do espaço rural, pois a percepção é que o acompanhamento das questões que o envolvem indica que ele *mudou, mas não mudou*.

Nas notas técnicas e comentários realizados pelos funcionários do IBGE, o instituto traçou um perfil do campo a partir dos dados de 2006. Algumas dessas interpretações exigem certas ponderações e são importantes para as reflexões a serem propostas nesse texto.

- A perpetuação da concentração fundiária brasileira. O Índice de Gini usado para medir essa concentração continuou altíssimo. Em 1985 o índice era de 0,857, em 1995/96 foi de 0,856 e em 2006 chegou a 0,854, ou seja, uma singelíssima redução em 20 anos, indicando que o Brasil desconcentrou *grãos de areia* ante a política fundiária e a luta pela terra, apresentando decréscimo de apenas 0,002 entre 1995/96 e 2006.

- Diante de 851,4 milhões de hectares que resultam no total da área territorial do Brasil, o IBGE contabilizou a ocupação do território brasileiro nas seguintes proporções: a área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários é de 329,9 milhões de hectares; o total das terras indígenas são de 125,5 milhões; a área total das unidades de conservação ambiental chega a 72 milhões; a área com corpos d'água totaliza 11,5 milhões; e a área urbanizada 2,1 milhões de hectares de terra. Mas como apontou Oliveira (2010) *“a conta não fechou, ou seja, ficaram sobrando 309 milhões de hectares”*. Precisamente 308.509,731 milhões de hectares foram chamadas pelo IBGE (2006) de *“áreas com outras ocupações”*. Essa é uma evidência de que o atraso na divulgação dos dados não deve ter sido de ordem técnica, mas sim política, pois o IBGE trabalhou para esconder o não controle do Estado brasileiro sobre seu território, usando uma conceituação confusa e imprecisa. Certamente, 36% da superfície territorial do país considerada como *“outras ocupações”* tratam-se das terras públicas devolutas e terras griladas/roubadas, terras onde *“os ‘proprietários’ não têm os documentos legais de propriedade. Por isso, essas terras são omitidas nos levantamentos estatísticos tanto do IBGE como do Incra”* (OLIVEIRA, 2010, p. 1).

● A especialização produtiva de uma parte dos estabelecimentos é responsável por boa parte do valor de produção produzido. Segundo o IBGE os resultados mostram que os 2,8 milhões de estabelecimentos “especializados” (54,6% do total de estabelecimentos) foram responsáveis por 81,0% do valor da produção agropecuária. Portanto, pelos critérios utilizados, menos de um quinto do valor de produção foi realizado pelos estabelecimentos considerados “diversificados” (2,3 milhões ou 54,3%). Embora não esteja claro nas suas “notas técnicas”, vale ressaltar que o IBGE considera como valor de produção o preço médio do que foi produzido no estabelecimento¹⁰. Nessa conclusão do IBGE acerca dos estabelecimentos especializados, o interesse é mostrar o total de valor produzido e não o que é e quanto é produzido e se essa produção é utilizada ou não para o autoconsumo da família. Embora o valor de produção seja um dado importante, a sua utilização sem ponderação e a partir da ótica da especialização produtiva, desqualifica a policultura (diversificação) típica do campesinato no mundo.

● O IBGE (2006) trabalhou seus dados divididos em 18 grupos de área. Partiu de “maior de 0 a menos de 0,1” hectares e foi até “de 2.500 e mais” hectares. O inexplicável, que apareceu como novidade nesse censo, é o extremo detalhamento dos grupos de área menores. Por exemplo, até chegar a um estabelecimento de apenas 1 hectare, fracionou os grupos em “maior de 0 a menos de 0,1”, “de 0,1 a menos de 0,2”, “de 0,2 a menos de 0,5”, “de 0,5 a menos de 1” hectares. Na outra ponta da divisão por grupos de área, diga-se de passagem, os dados que interessa a quem quer reconhecer o Brasil como país dos latifúndios, não há detalhamento, apresentando nos dois últimos grupos dados “de 1.000 a menos de 2.500” e “de 2.500 e mais” hectares. Sem meias palavras, a melhor base de dados sobre o campo brasileiro esconde os dados dos latifúndios e mega-latifúndios. O próprio instituto, sem nenhuma tentativa de explicar essa mudança, apenas informa que no Censo Agropecuário 1995/96 houve um maior detalhamento nos grupos de estabelecimentos com grandes áreas em hectares. Já no Censo 2006, o IBGE argumenta ter seguido um acordo para elaboração do “*Programa del censo agropecuario mundial 2010*”, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, o qual privilegiou a estratificação dos estabelecimentos de menor área. Já o Censo 1995/96 distribuiu os dados em 20 diferentes grupos de área, seguindo uma divisão logicamente mais importante para as análises. Este anuário estatístico dividiu os grupos de área em “menos de 1” hectare até “100.000 e mais” hectares. Com isso, em 1995/96, o anuário conseguiu detalhar o que se pode considerar pequeno, médio e grande estabelecimento e ainda revelou à nação os

¹⁰ Valor de produção é a quantidade produzida em sua respectiva unidade de medida (kg, toneladas, litros, etc.) vezes o preço médio do cultivo/rebanho/produto proveniente de atividade agropecuária.

mega-estabelecimentos rurais acima de 100 mil hectares. Por isso, é válido repetir que o atraso na divulgação do censo, e muitas das suas mudanças apresentadas, se configuraram em opções políticas, a exemplo da ocultação dos dados de estabelecimentos de 5.000 ha, 10.000 ha e 100.000 ha. Esconder os latifúndios parece ter sido uma ordem nos corredores do IBGE.

• Nos comentários gerais do IBGE, seus técnicos realizaram uma regionalização dos dados, apontando o que eles julgavam ser as principais características reveladas pelos dados coletados sobre o ano de 2006. Segundo estes dados: a Amazônia está marcada por um processo de avanço da produção de *commodities* agrícolas e da pecuária; o Centro-Oeste pela produção em grande escala de *commodities* do binômio soja-milho (e algodão num terceiro plano); o Nordeste dividido em espaços de pobreza e espaços de avanço da moderna produção de *commodities*; o Sudeste dominado pela produção de cana-de-açúcar; e o Sul pela influência de uma agropecuária organizada pelos imigrantes europeus.

Infelizmente, diante de outras informações presentes nas análises do IBGE, o que não se encontra nessa regionalização dos dados é a explícita informação sobre quem produz comida nas diferentes regiões do Brasil. Quem produz os alimentos que compõem a cesta básica nacional?

Essas perguntas foram, em parte, respondidas na grande novidade apresentada no Censo Agropecuário 2006, que foi a coleta de dados específicos e a publicação de um “Volume Especial” para caracterizar o que o instituto chamou de “*agricultura familiar*”. Segundo o IBGE, o *Censo Agropecuário 2006 - Agricultura Familiar. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação* –, publicado em separado, “veio possibilitar o preenchimento de uma importante lacuna de informações oficiais para as políticas públicas de desenvolvimento rural: quantos são, onde estão, como e o que produzem os agricultores familiares no país?” (IBGE, 2010, p. 13).

Os dados desse Censo produziram duas pesquisas realizadas pelo próprio governo: “*Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006*” (MDA/IBGE, 2009) e “*O Censo Agropecuário 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil*” (França *et al*, 2009). Em resumo, os dados do volume especial revelaram, a contragosto dos ruralistas que compunham e compõem os poderes da república, que esse sujeito histórico, chamado de agricultor familiar pelo governo, representava a maior parte dos estabelecimentos agropecuários, mas possuíam a menor quantidade de terra, ao passo que conseguiram atingir totais de produção de alimentos muito maiores em comparação aos que foram chamados de não-familiares (médios e grandes estabelecimentos, principalmente). Uma enxurrada de

pronunciamentos e reportagens parabenizando e ovacionando os agricultores familiares surgiram de setores do governo, sindicatos e movimentos sociais, e um silêncio estratégico dos ruralistas pairou no ar, somada a uma certa pressão sofrida pelo presidente do IBGE ao ser convocado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado para prestar esclarecimentos sobre possíveis inconsistências do Censo 2006¹¹.

Outro objetivo desse texto é mostrar que os dados do Censo Agricultura Familiar, reconhecendo sua importância, apresenta questionamentos e problemas e que o que ele revelou é menor e menos intenso do que a realidade. Em outras palavras, o papel dos pequenos produtores agropecuários (camponeses, sobretudo) é ainda maior do que divulgado pelo referido censo, à medida que as escolhas metodológicas presentes em outras análises dos dados do censo visaram esconder e deturpar o papel preponderante da pequena produção. Argumento que tentaremos desenvolver na seção seguinte¹².

QUEM PRODUZ COMIDA NO BRASIL?

O Censo Agropecuário Agricultura Familiar é, sem sombra de dúvida, um avanço no ordenamento estatístico sobre o campo. Ele revelou que os pequenos produtores produzem boa parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, transformando essa realidade em um dado oficial de Estado. É bom enfatizar: agora é oficial que a pequena produção familiar produz parte significativa dos alimentos, sendo que, depois da divulgação dos dados, foi disseminada em diversos meios a média de que a agricultura familiar era responsável por 70% dos alimentos consumidos no Brasil. Esta informação foi vista com olhos raivosos pelos ruralistas/agronegócio, o que levou uma parte da intelectualidade aliada a esse segmento, a produzir estudos que combatessem as conclusões apontadas no Volume Especial da Agricultura Familiar.

Para a realização desse volume especial o IBGE teve que construir uma metodologia inédita em comparação a outros censos, além disso, teve que propor novas conceituações. É essa metodologia e essa conceituação que abordaremos de forma crítica, a fim de mostrar, dado a importância dessa nova base de dados, que ela subestimou a capacidade produtiva da pequena produção.

¹¹ Ver <http://senadorakatiaabreu.com.br/katia-abreu-convoca-presidente-do-ibge/>, acesso em 18/06/2016.

¹² Uma primeira versão desse texto foi divulgada por nós via e-mail. Agradecemos os comentários e críticas dos professores: Carlos Walter Porto Gonçalves, Bernardo Maçano Fernandes, Maria Geralda de Almeida, Adriano Rodrigues de Oliveira, Sergio Schneider, José de Souza Silva, Emília Moreira de Rodat Fernandes.

O primeiro passo foi definir o conceito de “agricultor familiar”¹³. O governo brasileiro transformou esse sujeito histórico imemorial em Lei.

Em 24 de julho de 2006, foi sancionada a Lei nº 11.326, que forneceu o marco legal da agricultura familiar, permitindo a sua inserção nas estatísticas oficiais. Vários trabalhos científicos e grupos de pesquisadores já realizaram esforços semelhantes com os resultados dos censos anteriores, mas era necessário uma delimitação conceitual categorizada da agricultura familiar que procurasse atender ao enunciado legal de 2006 (IBGE, 2010b, p. 13).

Dois comentários são necessários para a análise da Lei nº 11.326. Primeiro, foi enxertado no ordenamento jurídico e nos órgãos estatísticos nacionais uma concepção neoliberal da pequena produção camponesa. Como afirmou Oliveira (2010, p. 1-2):

Essa conceituação tem sua origem no neoliberalismo. Nasceu com a intenção de apagar da memória e da história o conceito de camponês e o campesinato como sujeito social revolucionário do século XX. A função política desse volume é induzir a análise do campo pela lógica neoliberal, que esconde a dimensão dos estabelecimentos e, portanto, os indicativos analíticos da concentrada estrutura fundiária do país. Seu alvo preferencial são os movimentos sócio-territoriais em luta pela terra. Visou assim, retirar o seu mais potente elemento revelador da desigual distribuição da terra no Brasil. Foi transferida para as estatísticas a opção ideológica feita pelo governo atual¹⁴.

Segundo, a Lei tenta cristalizar um sujeito social centenário (no caso europeu, milenar) em uma série de normas e códigos. As ciências humanas (sobretudo a antropologia) gastaram páginas e páginas, durante décadas e décadas, na discussão e debate a respeito da definição do campesinato e do seu significado social, econômico, cultural e político. Ainda,

¹³ Não entraremos aqui no debate conceitual entre agricultura camponesa ou familiar. Apenas esclarecemos que a partir da orientação teórica dos autores desse texto, reconhecemos a pequena produção familiar no campo como campesinato.

¹⁴ Outros autores também fizeram críticas ao novo conceito, porém por outra ótica: “A expressão surgiu inesperadamente em determinada conjuntura, como um raio em céu azul, na primeira metade da década de 1990, sem nunca antes ter observado qualquer estudo aprofundado ou discussão prévia, ou tampouco existiu em algum momento da historiografia brasileira sobre as regiões rurais. A expressão foi cunhada no período citado e tornou-se posteriormente consagrada no Brasil, não obstante suas raízes conceituais problemáticas. Atualmente encontra-se solidamente institucionalizada (...). Se o entendimento corriqueiro e mais geral de agricultura familiar, de fato, corresponde à noção de pequena produção rural, então por que não se manteve essa última expressão?” (PEDROSO, 2014, p. 765-766). Até esse ponto a autora faz crítica à imputação, goela a baixo, do novo termo. Quando ela vai fazer a análise da Lei, a crítica se estabelece justamente pelo ordenamento jurídico não reconhecer o pequeno produtor unicamente como um pequeno capitalista. Na ótica da autora, a definição de “agricultor familiar” deveria ser inteiramente capitalista, baseada unicamente no critério econômico: “Os critérios brasileiros são estranhos à lógica de funcionamento de economias agrícolas capitalistas e, portanto, a institucionalização da expressão agricultura familiar (em 1995) no Brasil [autora esta se referindo aos critérios de enquadramento no Pronaf] ignorou ser a agricultura uma atividade que é primordialmente econômica, por mais inacreditável que essa afirmação possa parecer. Essa é a diferença fundamental entre o contexto brasileiro e as situações estadunidense e europeia. A Lei da Agricultura Familiar brasileira estabelece que para ser considerada agricultura familiar, o estabelecimento rural deve utilizar predominantemente mão de obra da família nas atividades agrícolas e a renda da família deve ser também predominantemente de origem agrícola, dois critérios que são estranhos à lógica de funcionamento de economias agrícolas capitalistas” (p. 771). Vale pontuar que a partir dessa perspectiva a autora nega, em parte, as características sociológicas da pequena produção familiar (campesinato).

mais contemporaneamente, há correntes dentro da academia que debatem a transformação do camponês em agricultor familiar, que, a nosso ver, trata-se de um debate entre o pensamento crítico *versus* o pensamento liberal, respectivamente. Toda essa herança parece ter sido subsumida, sem pedir licença, pela Lei nº 11.326 de 2006.

O problema da Lei é justamente transformar esse sujeito social em uma Lei, ou seja, um modo de vida, um “jeito de ser” (na definição de Theodor Shanin) em uma série de diretrizes jurídicas. Segundo a Lei nº 11.326, só pode ser considerado agricultor familiar:

Art. 3º Para efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I – não tenha, a qualquer título, área maior que 4 (quatro) módulos fiscais;

II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 módulos fiscais.

§ 2ª São também beneficiários desta Lei:

I – silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II – aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III – extrativistas que atendam simultânea aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos garimpeiros e faiscaidores;

IV – pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III, IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesquisa artesanalmente.

Para delimitar a agricultura familiar no Censo Agropecuário segundo o princípio legal acima, foi utilizado o método de exclusão sucessivas e complementares, ou seja, para o estabelecimento ser classificado como de “agricultura familiar” precisava atender simultaneamente as todas as condições estabelecidas (IBGE, 2010b, p. 15).

São três os grandes problemas dessa normatização. A diretriz encontrada no inciso I do Art. 3º pode ter permitido ocultamento de estabelecimentos familiares/camponeses, uma vez que limita até 4 módulos fiscais o que se pode considerar “agricultor familiar”. Muitos exemplos ajudam a polemizar essa diretriz. O município de características agrícolas de Cruz do Espírito Santo, na Paraíba, possui como módulo fiscal a área de 10 hectares, isso quer dizer que o limite para ser considerado agricultor familiar é de 40 hectares (4 módulos fiscais), sendo que uma família de pequenos agricultores que detêm 41 hectares de terra, mesmo trabalhando sua terra unicamente com a sua família e comercializando o excedente produzido, não seria computada como agricultor familiar pelo recenseador. O município de Veranópolis, no Rio Grande do Sul, possui como módulo fiscal a área de 12 hectares, sendo 48 hectares o limite para considerar os estabelecimentos como de agricultores familiares. Com isso, qualquer família que trabalhe na terra usando unicamente ou predominantemente trabalho familiar, mas que possua uma área superior a 48 ha, não pode ser considerada enquanto tal. Desse modo, mesmo que em geral o pequeno produtor familiar apodere-se de pequenas áreas de terra que não superam 4 módulos fiscais, o critério da dimensão da área em limites exatos não contribui para a caracterização desse produtor agropecuário e dessa forma de apropriação da terra.

O inciso III do Art. 3º tem como determinação que o agricultor familiar tenha renda familiar predominantemente da atividade econômica ligada ao próprio estabelecimento. Essa determinação pode incorrer em distorções na coleta de dados. Por exemplo, filhos de agricultores paraibanos, que trabalham na construção civil das cidades de Campina Grande e João Pessoa, geralmente recebem salários superiores ao rendimento da atividade agrícola da sua família. Caso isso tenha sido computado no formulário do recenseador, o fato de um dos membros da família estar empregado na construção civil e contribua com a renda da família, pode descaracterizar o estabelecimento familiar, mesmo que ele continue inteiramente um estabelecimento de produção agropecuária à base do trabalho da família. Com isso, pensamos que o montante da renda, não importa de onde ela venha, não pode ser um dado que desqualifique o pequeno agricultor. O pequeno agricultor camponês é o que ele é independente de onde venha a maior parte da renda.

Um terceiro problema é a exigência de simultaneidade nas diretrizes. Como nos exemplos expostos acima, se o pequeno produtor possui fração de terra superior aos 4 módulos fiscais, mesmo realizando as outras diretrizes, ele é caracterizado como “não-familiar”.

Na Lei nº 11.326, ao trinômio terra-trabalho-família, característica elementar na definição das famílias camponesas, foi imposto diretrizes que mais atrapalham do que ajudam. A partir dessa Lei, o IBGE, no procedimento de coleta de dados, criou limitações que podem ter obscurecido o total e a importância dos pequenos produtores:

- não considerou como familiar produtores comunitários, no qual cada produtor detinha fração de terra superior a 4 módulos fiscais;
- não considerou como familiar se a condição legal do produtor estivesse registrada como cooperativa;
- não considerou como familiar caso o estabelecimento agropecuário tivesse vendido produtos de extração vegetal em 2006 e esta venda tivesse sido mais que a metade do total da receita da atividade agropecuária;
- não considerou como familiar os estabelecimentos nos quais foi registrada a presença de colheitadeira;
- não considerou como familiar o estabelecimento com empregado temporário contratado para a colheita com o total de diárias pagas superior a 30 dias.

Dessa forma, foi criada uma série de amarras, uma camisa de força na definição do pequeno produtor familiar. Mesmo com essas limitações, para desgosto dos grandes proprietários de terra os resultados mostraram expressiva capacidade produtiva dos pequenos¹⁵. Ou seja, a realidade contraditória na qual a “agricultura familiar” se insere, abrangendo o equivalente a 84,4% dos estabelecimentos do país e detendo somente 24,3% da área total, foi responsável pela produção de: 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% dos suínos, 58% do leite, 50% das aves, 46% do milho, 38% do café, 34% arroz, 30% dos bovinos e 21% do trigo. Ainda, a agricultura familiar seria responsável por 74,4% (12,3 milhões de pessoas) da ocupação laboral no campo, dominando a geração de trabalho/emprego rural.

Portanto, a metodologia aplicada pelo Censo Agricultura Familiar foi inteiramente baseada na Lei nº 11.326, a nosso ver, restritiva do potencial da pequena produção como um todo. Com isso, resolvemos trabalhar os dados quantitativos do Censo Agropecuário do IBGE partindo de outra metodologia. Antes de expor a metodologia usada na elaboração das tabelas que serão apresentadas, vale salientar que existem várias outras opções metodológicas para analisar a produção agropecuária no campo brasileiro.

¹⁵ O instituto asseverou: “Apesar de cultivar uma área menor com lavouras e pastagens (17,7 e 36,4 milhões de hectares, respectivamente) a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do País, como importante fornecedora de alimentos para mercado interno” (IBGE, 2010b, p. 20)

O reconhecido geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira analisou os dados partindo do critério do tamanho da área, dividindo em três classes de área – pequeno até 200 ha, médio de 200 a 2.000 ha, grande acima de 2.000 ha – para trabalhar os dados do IBGE e do INCRA¹⁶. Essa divisão baseou-se numa aproximação na classificação da pequena, média e grande propriedade presente na Lei Agrária de 1993 (OLIVEIRA, 2003)¹⁷.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), politicamente representada pela imensa Bancada Ruralista no Congresso Federal, também propôs uma metodologia para analisar a produção agropecuária no campo, resultando na publicação do texto: “*Quem produz o que no campo: quando e onde I. Censo Agropecuário 2006*” (CNA, 2010).

Creemos que a CNA, assombrada com os resultados do Censo da Agricultura Familiar 2006, tentou reverter estatisticamente o que a realidade e a coleta de dados do Censo apontou. Para isso, encomendou um estudo à Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ao Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), colocando os seus pesquisadores na labuta para encontrar saídas nas bases de dados que comprovassem que os pequenos estabelecimentos não são relevantemente produtivos, sendo as grandes áreas produtivas do agronegócio o carro chefe da produção agropecuária nacional. Naquela ótica denunciada por Oliveira (2003), as análises estatísticas desses institutos massacraram os números até que eles confessassem que a pequena produção tem pouca ou inexpressiva importância econômica e produtiva. Com isso, produzem o discurso de que as políticas públicas de financiamento devem ser voltadas para o grande agronegócio e que a reforma agrária é coisa do passado, numa clara evidência de que o agronegócio não disputa apenas o domínio das terras, mas também os dados e a produção de conhecimento na academia.

Na pesquisa paga pela CNA, a metodologia dos pesquisadores da FGV e IBRE foi a de dividir o mundo rural entre “enquadráveis” e “não enquadráveis” no Programa Nacional

¹⁶ O geógrafo Eduardo Girardi, ao analisar a estrutura fundiária brasileira a partir de indicadores do INCRA e do IBGE, utiliza classificação similar a Oliveira (2003), tanto no que diz respeito ao número e aos limites das classes de área quanto no que se refere à tipologia adotada (GIRARDI, 2008).

¹⁷ “A Lei nº 8.629 de 25/02/1993 que regulamentou os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária previstos na Constituição de 1988, conceituou em seu artigo 4º, a pequena propriedade como sendo aquela que possui área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; a média propriedade como aquela que possui área superior a quatro(4) e até 15 (quinze) módulos fiscais; e a grande propriedade como aquela que compreende mais de 15 módulos fiscais. A área dos módulos fiscais varia de região por região, estado para estado, e mesmo de município para município. O menor módulo fiscal tem 5 (cinco) hectares e o maior possui 110 hectares. Isto quer dizer que a pequena propriedade pode variar, por exemplo, de menos de 20 hectares no Distrito Federal, a até menos de 440 hectares em municípios do Pantanal. O mesmo acontece com a média propriedade que pode variar entre 20 hectares e menos de 280 hectares no Distrito Federal e entre 440 hectares e menos de 1.540 hectares em municípios do Pantanal. A grande propriedade por sua vez tem 280 hectares ou mais no Distrito Federal, e 1.540 hectares ou mais em municípios do Pantanal” (OLIVEIRA, 2003, p. 22/23).

de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)¹⁸, ou seja, os dados foram trabalhados entre aqueles que podem receber recursos do Pronaf e os que não podem. Os enquadráveis são necessariamente pequenos estabelecimentos e os não enquadráveis aglutinam pequenos, mas, sobretudo, os médios e os grandes. No exercício feito a partir dessa metodologia, os resultados apontam para a importância dos grandes estabelecimentos produtivos ou dos estabelecimentos especializados (pequeno, médio ou grande) integrados ao agronegócio, que não se encaixam nas regras do Pronaf, resultando que a maioria dos pequenos produtores familiares, alvo de políticas públicas de incentivo, não é importante do ponto de vista produtivo.

Na apresentação do estudo, assinada pela então senadora Katia Abreu¹⁹, encontramos o seguinte resumo dos resultados: os produtores rurais não enquadrados no Pronaf são responsáveis por 76,3% do valor bruto da produção agropecuária nacional e representam 30,7% das propriedades rurais brasileiras, mas respondem por 80,1% da produção agrícola/silvícola e por 65,8% da produção pecuária. Já os chamados produtores enquadráveis no Pronaf continuam a representar 64,4% das propriedades rurais brasileiras, mas respondem por apenas 19,5% da produção agrícola/silvícola e por 33,3% da produção pecuária. A participação deste segmento no valor bruto da produção agropecuária é de apenas 22,9% (CNA, 2010).

Um adendo importante a respeito das escolhas metodológicas da pesquisa comprada pela CNA é que os autores não informaram dados de estrutura fundiária. No parágrafo acima, é a porcentagem de estabelecimentos o foco, porém não há informações sobre a dimensão da apropriação de terras entre os tais enquadráveis e não enquadráveis. Apenas em uma tabela com um título confuso na página 33 (CNA, 2010) aparece a informação da estrutura fundiária dividida entre enquadráveis e não enquadráveis no PRONAF, entretanto sem nenhum comentário no texto diante do que os dados revelam²⁰. Tal opção

¹⁸ “Para a análise das regiões e Brasil, os estabelecimentos rurais foram separados nos grupos dos enquadráveis e não enquadráveis no Pronaf, a partir dos micros dados do Censo 2006. O primeiro grupo foi dividido em três subgrupos: Pronaf A, Pronaf B e AF. Quanto ao segundo, referente aos não enquadráveis, a separação foi em seis estratos de módulos fiscais. Os dois primeiros intervalos compõem a categoria dos pequenos estabelecimentos (0 a 4 módulos), o terceiro inclui o subgrupo dos médios (4 a 15 módulos), e os três últimos a categoria dos grandes estabelecimentos (acima de 15 módulos). Vale ressaltar que o parâmetro utilizado para a divisão dos subgrupos do Pronaf foi o dos normativos em vigor do Banco Central concernentes à agricultura familiar, considerando-se os abatimentos necessários no cálculo da renda bruta para efeito de enquadramento...” (CNA, 2010, p. 31).

¹⁹ Na primeira linha da apresentação do estudo encontramos: “Fomos buscar na academia brasileira uma resposta para a pergunta sobre *Quem produz o que no campo: quanto e onde*”.

²⁰ O título da tabela não expressa diretamente dados de estrutura fundiária: “Valores totais, médios e medianos da área total, segundo grupos e subgrupos de enquadráveis e não enquadráveis”. Segundo a referida tabela os “enquadráveis no Pronaf” respondem a 64% dos estabelecimentos, mas detém apenas 18% da área, enquanto os “não enquadráveis no Pronaf” totalizam 30,7% dos estabelecimentos, se apoderando de 82% da área.

não é de se estranhar, já que essa informação delataria algo tão posto na realidade nacional quanto dois mais dois são quatro, isto é, a nossa estrutura fundiária é absolutamente concentrada.

Ainda sobre os resultados, o estudo apontou que os não enquadráveis, isto é, aqueles que se distinguem do pequeno produtor camponês, são responsáveis por valores brutos da produção brasileira na ordem de 99,5% do algodão, 95,4% da cana-de-açúcar, 92,0% da laranja, 84,4% da fruticultura, 80,1% da batata, 79,2% dos grãos (92,7% do sorgo, 91,2% da soja, 87,7% do trigo, 75% do arroz, 68,3% do milho, 63,4 do feijão de cor), de 77,5% do café e 61,9% horticultura (CNA, 2010).

Já os enquadráveis (os “agricultores familiares”) seriam responsáveis por 74% do fumo, 48,7% da mandioca, 36,1% da horticultura, 22,5% do café, 20,5% dos grãos, 19,5% da batata e 15,5% da fruticultura.

Essa estratégia metodológica levou a um resultado oposto ao do Volume Especial do Censo Agricultura Familiar do IBGE 2006. Na verdade, as conclusões desse estudo, mesmo trabalhando apenas com os dados de “valor de produção”, tendem a negar diretamente os resultados do Censo 2006. Os dados que apontam, por exemplo, que os não enquadráveis são responsáveis pela produção de 61,9% da horticultura e 80,1% da batata e que apenas 48,7% da mandioca produzida é pelos enquadráveis trazem, no mínimo, questionamentos à metodologia adotada pelos pesquisadores da FGV/IBRE, uma vez que todas essas culturas são notoriamente produzidas pela pequena produção familiar camponesa. Como é que uma mesma base de dados pode gerar resultados tão diferentes?²¹

Enquanto os resultados do Volume Especial Agricultura Familiar do Censo 2006 apontaram para a enorme importância produtiva dos pequenos produtores, o estudo da FGV/IBRE chegou a seguinte conclusão:

²¹ Não é difícil encontrar estatísticas “criativas”, como, por exemplo, para afirmar que o grande agronegócio é o principal responsável pela preservação ambiental, como vemos na reportagem de Marcelo Leite: “Foi o que sustentou Evaristo Eduardo de Miranda, chefe da Embrapa Monitoramento por Satélite (Campinas, SP), no artigo “Agricultura Lidera Preservação no Brasil”, publicado segunda-feira (5 de junho de 2017) – Dia Mundial do Meio Ambiente – no jornal “O Estado de S. Paulo”. Miranda, um pesquisador controverso na área de sensoriamento remoto, afirma duas coisas incríveis no texto. A primeira, é que 66% do território nacional estão preservados, chegando a 75% se aí se incluírem pastagens naturais do Pantanal, da caatinga e do cerrado. Ele também sustenta que proprietários rurais preservam mais vegetação natural do que unidades de conservação (UCs, categoria na qual se incluem também terras indígenas, TIs). Nas contas de Miranda, seriam respectivamente 20% e 13% da área do Brasil (...) Seu tema de fundo é atacar a criação de novas UCs e TIs [Unidades de Conservação e Terras Indígenas]. (Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marceloleite/2017/06/1891788-estatisticas-criativas-distorcem-percepcao-sobre-agronegocio-nacional.shtml>, acesso em 23/10/2017

A análise desses resultados demonstra que a importância da agricultura familiar se sustenta no fato de representar um contingente muito numeroso, de 3.330.667 estabelecimentos rurais, que desafia os formuladores de políticas públicas a encontrarem soluções eficazes, a um custo compatível, que alcancem contingente tão numeroso. Mais de dois terços dos enquadráveis geram um Valor Bruto da Produção tão baixo que se questiona a possibilidade de algum instrumento voltado à produção vir a alterar significativamente o nível de renda deste segmento. O fato é que produzem praticamente para o autoconsumo e não geram receita nos estabelecimentos. Se sua sobrevivência vêm da receita de outras fontes, seria justificável inclusive caracterizá-los como residentes rurais e assisti-los com políticas sociais e de combate à pobreza, em geral mais baratas e eficazes (CNA, 2010, p. III)²².

Na conclusão desse estudo, restaria ao governo assegurar essa população com políticas sociais, como o bolsa família, por exemplo, ou, como encontramos nos estudos de pesquisadores que corroboram com as teses propagadas pelo agronegócio, dado a suposta fragilidade e inexpressividade produtiva dos pequenos produtores, restaria ao governo a qualificação dos camponeses para o trabalho não agrícola e o incentivo à estratégia de migração cidadã (GUEDES et. al., 2014., *apud* BUANAIN e GARCIA, 2013). São, no mínimo, propostas perversas de políticas públicas que visam negar o *ethos* do homem do campo, da família camponesa, que é: a posse e a produção familiar na terra.

Expostas as metodologias acima, que apontaram resultados diferentes, resta aos autores desse artigo apresentar a metodologia elaborada para a confecção das tabelas a seguir, cientes de que existem outras metodologias que por limitação de espaço não podem ser expostas e comentadas nessa seção. O Censo da Agricultura Familiar 2006 dividiu o mundo rural entre “Agricultura Familiar Lei 11. 326” e “Não Familiar” sem vislumbrar os dados de estrutura fundiária, sem trabalhar os dados segundo diferentes estratos de área (apenas sabe-se que a agricultura familiar chega até 4 módulos fiscais, sendo acima desse limite considerado não familiar). Já o estudo encomendado pela CNA, dividiu os dados do Censo 2006 entre “enquadráveis” e “não enquadráveis” no Pronaf, não trabalhando os dados segundo estratos de área, o que levou a esconder o papel da concentração fundiária diante da produção agropecuária, enfatizando apenas uma dimensão dos dados que é o “valor bruto da produção” (o que a nosso ver limita a compreensão da totalidade do agrário nacional). Nossa opção, já que o objetivo do texto é responder a questão de quem

²² Indo mais longe ainda nas propostas, o estudo propõe: “...recomenda-se a busca de nova tipificação para o público alvo de programas de crédito agrícola, que tenha como pré-requisito a geração de renda no estabelecimento acima de determinado valor. Abaixo desse valor, tal público não se credenciaria a políticas direcionadas à produção, mas a políticas destinadas à erradicação da pobreza e à promoção do bem estar social. A melhor compreensão desse público ajudaria a evitar o desenho de programas que acabam por reproduzir um modelo que propicia receitas muito baixas e multiplica a pobreza” (CNA, 2010, p. V).

produz comida no campo brasileiro, foi trabalhar os dados de **volume** e de **valor** de produção segundo estratos de área. Além disso, visamos mostrar, diante dos estratos de área, onde se localiza a geração de **trabalho** no campo, tema enfatizado no Censo Agricultura Familiar e “esquecido” no estudo da FGV/IBRE/CNA.

Elegemos o critério de área como norte metodológico por duas razões históricas: o Brasil é um dos países com maior concentração fundiária do planeta e a propriedade privada da terra, concentrada e improdutiva, é o centro de um persistente sistema político-territorial gerador de desigualdades sociais no campo brasileiro. Qualquer metodologia que desconsidere o critério de área empobrece e, principalmente, obscurece aquilo que se convencionou chamar de questão agrária brasileira. Metodologias sem levar em consideração as classes de área escondem a concentração fundiária, não dão base para discutir os latifúndios improdutivos e muito menos a imensa massa de sem terra que luta por reforma agrária, ou seja, por pequenas porções de terra para trabalhar e produzir alimentos.

Trabalhamos os resultados do Censo Agropecuário do IBGE 2006 dividindo os dados, a princípio, em três estratos de área. Chamamos os estabelecimentos rurais que possuem entre 0 a 200 hectares de **pequeno**, os que estão na faixa de 200 a 1.000 hectares de **médio** e os acima de 1.000 de **grande**. Foi uma escolha que não levou *à risca* a tipificação constitucional do tamanho das propriedades - no qual é considerada pequena propriedade rural os imóveis entre 1 e 4 módulos fiscais, média propriedade com área compreendida entre 4 e 15 módulos fiscais e a grande propriedade com área superior a 15 módulos -; nem a Lei da Agricultura Familiar, que leva em consideração os parâmetros e diretrizes presentes na Lei 11.326. Ambas as tipificações podem romper a delimitação que propomos, ou seja, a pequena pode ser maior que 200 hectares e a média maior que 1.000 hectares, por exemplo.

Também trabalhamos com um estrato de área separado da análise da totalidade dos dados. Os estabelecimentos de 0 a 10 hectares foram intitulados de **quase pequenos**. Essa nomenclatura e a faixa de área que ela representa são arbitrárias perante as normatizações institucionais. Por exemplo, o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64) reconhece como minifúndio a dimensão de área inferior à área possível para reprodução da pequena família agropecuarista. Em outras palavras, seria uma área de terra abaixo de 1 módulo fiscal. No caso da faixa de 0 a 10 hectares, levando em conta que o menor módulo fiscal no Brasil é de 5 hectares e o maior é de 110 hectares, não poderíamos considerá-la como minifúndio, por isso propomos uma outra nomenclatura a fim de enfatizar que o estabelecimento até

10 hectares é bem pequeno frente os 3 estratos propostos para a análise e diante da realidade de extrema concentração fundiária resultante do monopólio da terra nas mãos de um ínfimo número de pessoas. Essa metodologia adotada apresenta um problema que faz importante a seguinte ressalva, sobretudo porque os produtores rurais que se encaixam na faixa até 200 hectares aparecerão nas tabelas como o segmento mais importante na produção de alimentos.

Como a nossa escolha foi o critério de área e não a da Lei da Agricultura Familiar, muito menos pelas políticas públicas (enquadráveis e não enquadráveis no Pronaf), há uma clara dificuldade em identificar com exatidão quem são esses sujeitos que produzem na terra. Dentro do estrato de 0 a 200 hectares pode-se encontrar desde o campesinato mais tradicional ao pequeno capitalista tecnificado; desde uma família camponesa produtora de produtos agrícolas para o mercado local a um pequeno estabelecimento empresarial com trabalhadores assalariados, onde a produção é comercializada no mercado internacional. Não se deve esquecer que o campesinato brasileiro não é homogêneo, abarcando uma miríade de tipificações e estratos sociais - do camponês caipira do estado de São Paulo ao camponês sertanejo do Nordeste do Brasil; das famílias assentadas em projetos de Reforma Agrária a famílias remanescentes de quilombos, ribeirinhos, pantaneiros, faxinalenses, comunidades de fundo de pasto, etc., que compõem esse universo.

Diante dessa diversidade, o mais importante é conceber que a maior parte dos produtores que se encaixam nesse estrato é de pequenos estabelecimentos, sendo o maior universo dos pequenos estabelecimentos composto pelo produtor camponês/familiar (e isso, o Censo da Agricultura Familiar, mesmo com os problemas apontados acima, nos ajuda a conhecer). Evidentemente, tomando como base a formação histórica da propriedade privada da terra e do campesinato brasileiro, seria de extrema raridade encaixar esse sujeito social em estratos de área superiores a 200 hectares. O camponês é o pequeno produtor familiar que produz com sua família em pequenas porções de terra.

Com a elaboração das tabelas, constatamos a possibilidade de pensar a produção agropecuária a partir do pequeno estabelecimento para responder a pergunta: *sobre quem produz alimentos no Brasil?* Já que os dados do Censo 2006 e a opção metodológica trabalhada por nós indicaram que na maioria das culturas e criações quanto maior a propriedade menos produtiva ela é.

Com isso, instituímos 1.000 ha como o patamar último para as análises entre pequenos e médios, sendo os acima de 1.000 ha considerados grandes estabelecimentos. Além dessa opção, levamos em consideração que é impossível existir estabelecimentos considerados

pequenos com 1.000 ou mais hectares, dessa forma, é impossível deturpar a análise a partir dos pequenos. Também fomos inspirados pela “*Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra: em defesa da reforma agrária e da soberania territorial e alimentar*”, levantada pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA). Na cartilha de divulgação da campanha, seus organizadores trabalham os dados de estrutura fundiária usando 1.000 hectares como último estrato de área²³.

As tabelas a seguir estão divididas em duas formas de exposição: as tabelas que reúnem a totalidade dos dados do Censo Agropecuário do IBGE 2006, divididos entre os estratos 0 a 200 hectares (pequeno), 200 a 1.000 hectares (médio) e acima de 1.000 hectares (grande); e algumas tabelas que trabalham parcialmente os dados, apenas vislumbrando, e, principalmente, comparando/confrontando a produção entre o estrato de 0 a 10 hectares ante ao estrato de acima de 1.000 hectares²⁴. Nesse último caso, ao desconsiderar os pequenos e médios, comparamos estratos abissalmente opostos no que diz respeito ao tamanho do estabelecimento, entretanto, revelando resultado *sui generis* no confrontamento entre os dois estratos no que diz respeito ao volume de produção, valor de produção e geração de trabalho. Em suma, as nossas classificações visaram pensar um país de extrema concentração fundiária, que urge por transformações radicais nas formas de apropriação da terra e produção de alimentos.

Antes da leitura das tabelas, é importante informar ao leitor que a soma entre os estratos de área de muitas culturas e criações não equivale a 100% devido à presença da

²³ A campanha pelo limite da propriedade da terra organizada pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, propôs o limite de 35 módulos fiscais, sendo que as áreas acima desse limite seriam incorporadas ao patrimônio público, como forma de barrar e reverter a característica histórica de concentração de terra no Brasil. Os 35 módulos resultaria em 3.850 ha como limite máximo de terra que uma pessoa pode possuir no país. Foi uma proposta, até certo ponto, bondosa com os grandes fazendeiros, uma vez que supera em muito os 15 módulos fiscais que começa a caracterizar a grande propriedade e distingue-se de outros países que instituíram limite à propriedade da terra: Itália limite de 300 ha, Índia 21.9 ha, Indonésia 20 ha, Peru 150 ha, Argélia 45 ha, Nicarágua 700 ha, El Salvador 500 ha. Contudo, vale a consideração que a variação do módulo fiscal em diferentes regiões do Brasil leva a limites diferentes que podem estar no intervalo de 175 ha em regiões de menor módulo fiscal a 3.850 nas regiões de maior módulo (Amazônia). O mais importante da campanha organizada pela FNRA foi a realização de um Plebiscito Popular sobre o limite da propriedade, onde mais de meio milhão de brasileiros votaram (519.623 pessoas) em 23 estados e Distrito Federal. Duas perguntas foram motivo de análise da população: “Você concorda que as grandes propriedades de terra no Brasil devem ter um limite máximo de tamanho?” Onde 95,52% (495.424 pessoas) responderam **sim**, 3,52% (18.223 pessoas) responderam **não**, com 0,63% de votos em branco e 0,34% de votos nulos; “Você concorda que o limite das grandes propriedades de terra no Brasil possibilita aumentar a produção de alimentos saudáveis e melhorar as condições de vida no campo e na cidade?” Onde 94,39% (489.666 pessoas) responderam **sim** e 4,27% (22.158 pessoas) responderam **não**. Esse plebiscito deixa claro que a população brasileira é absolutamente contrária a concentração de terras que transforma esse país em um país dos latifúndios.

²⁴ É importante explicar/enfatizar que nas tabelas o estrato de 0 a 10 ha está aglutinado no estrato de 0 a 200 ha quando analisamos a totalidade dos dados da coleta do Censo 2006. Nas tabelas que aparecerão dois estratos para análise, apenas recortamos a faixa de 0 a 10 ha para compará-la com os estabelecimentos acima de 1.000 ha.

categoria “*produtor sem área*” na divulgação feita pelo IBGE. O *produtor sem área* é uma nova categoria implementada no Censo 2006 e, segundo o IBGE, refere-se aos empregados que praticam atividade agropecuária no mesmo estabelecimento sujeito à administração do proprietário, mas cuja referida produção esteve sob sua responsabilidade, o que quer dizer que foram colhidas informações sobre a produção agrícola e pecuária de pessoal empregado residente no estabelecimento (IBGE, 2010, p. 32-33). Essa categoria não foi levada em consideração em algumas tabelas pelo próprio caráter conceitual de não ser possível enquadrá-lo em nenhum dos estratos de áreas propostos nas tabelas e, principalmente, por sua inexpressividade frente os dados totais de produção. Porém, em algumas culturas e nos dados de pessoal ocupado, o *produtor sem área*²⁵ aparecerá nas tabelas uma vez que possui certa representatividade na produção e trabalho rural.

Também é importante informar ao leitor que na análise dos dados, utilizaremos os verbos no presente, uma vez que estaremos nos referindo à base de dados mais atual do censo agropecuário nacional. Mesmo completando 10 anos do censo, é essa a base de dados oficial e “atual” do IBGE para o campo. Vejamos os dados.

Tabela 1 - Brasil - Distribuição do volume de produção (lavouras temporária) em 2006*

Cultivo**	Pequeno (0 a 200 ha)	Médio (200 a 1000 ha)	Grande (1000 ha acima)
Abacaxi	83,0%	11,7%	4,7%
Abóbora, moranga, jerimum	86,1%	8,7%	4,4%
Algodão Herbáceo	2,9%	5,2%	91,9%
Alho	69,9%	26,1%	3,7%
Amendoim em casca	61,2%	17,7%	20,8%
Arroz em casca	42,3%	27,0%	30,0%
Aveia branca em grão	41,8%	33,1%	25,1%
Batata-inglesa	55,4%	16,5%	27,7%
Cana-de-açúcar	15,9%	18,4%	65,7%
Cebola	94,1%	4,6%	0,9%
Cevada em casca	23,6%	49,3%	27,1%
Fava em grão	90,0%	3,4%	3,5%
Feijão-preto em grão	88,1%	8,2%	3,2%
Feijão de cor em grão	63,9%	15,4%	20,0%
Feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar	88,9%	6,3%	3,3%
Fumo em folha seca	98,6%	0,2%	0,1%
Girassol (semente)	21,5%	24,5%	54,0%
Mamona	90,7%	4,0%	5,1%
Mandioca (aipim ou	90,8%	7,1%	0,8%

²⁵ O *produtor sem área* tem uma participação que varia entre 0% (mínimo) e 5,9% (máximo) no que se refere ao volume da produção agropecuária em se considerando todos os cultivos, com exceção da “extração vegetal” na qual ele tem significativa representatividade e foi exposto nesse estudo para fins de visualização. No que se refere ao valor total da produção agropecuária o *produtor sem área* representa 0,8%.

macaxeira)			
Melancia	89,5%	5,6%	4,1%
Melão	36,8%	18,3%	44,6%
Milho em grão	57,0%	19,9%	22,9%
Soja em grão	22,7%	27,3%	49,9%
Tomate rasteiro (industrial)	73,3%	20,8%	5,5%
Trigo em grão	41,4%	38,5%	20,0%

Fonte: Censo Agropecuário 2006

Org.: BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO, M. A.

* A soma entre as classes de área de algumas produções não equivale a 100% devido à categoria *produtor sem área*. O *produtor sem área* é uma nova categoria implementada no Censo 2006 e, segundo o IBGE, refere-se aos empregados que praticam atividade agropecuária no mesmo estabelecimento sujeito à administração do produtor/proprietário, mas cuja referida produção esteve sob sua responsabilidade.

** Quantidade produzida em toneladas (t), com exceção do abacaxi, cuja unidade de volume utilizada foi por 1000 frutos.

A tabela 1 refere-se aos dados de volume (quantidade) de produção de lavouras temporária, sendo que nessa tabela encontramos muitos alimentos importantes da cesta básica brasileira. Os dados revelam que alguns alimentos que estão presentes cotidianamente na mesa dos brasileiros, de norte a sul e de leste a oeste do país, são produzidos pelos pequenos estabelecimentos. Vejamos alguns alimentos: enquanto 30% do arroz em casca é produzido pelos grandes (acima de 1.000 ha), os médios (200 a 1.000 ha) produzem 27% e os pequenos (0 a 200 ha) são responsáveis por 42,3% da produção. O feijão, assumido como paixão nacional, está dividido em 3 tipos. O feijão preto em grão, 3,2% é produzido pelos grandes, 8,2% pelos médios e 88,1% pelos pequenos. Com o feijão de cor em grão não é diferente: 20% pelos grandes, 15,4% pelos médios e 63,9% pelos pequenos. O feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar, 3,3% é produzido pelos grandes, 6,3% pelos médios, 88,9% pelos pequenos estabelecimentos. O milho em grão, 22,9% é produzido pelos grandes estabelecimentos, 19,9% pelos médios e 57% pelos pequenos. O trigo em grão, 20% pelos grandes, 38,5% pelos médios e 41,4% pelos pequenos estabelecimentos. A cebola, 0,9% pelos grandes, 4,6% pelos médios e 94,1% pelos pequenos, quase o total da produção ceboleira nacional. O tomate rasteiro (industrial), 5,5% produzido pelos grandes estabelecimentos rurais, 20,8% pelos médios e 73,3% pelos pequenos estabelecimentos rurais.

No tocante aos cultivos que o médio e o grande superam a produção do pequeno, são os produtos de exportação que se sobressaem e a produção de etanol e açúcar. A soja, menina dos olhos do agronegócio, 49,9% é produzida pelos grandes, 27,3% pelos médios e 22,7% pelos pequenos. O algodão herbáceo, 91,9% pelos grandes, 5,2% pelos médios, 2,9% pelos pequenos. A cana de açúcar, 65,7% pelos grandes, 18,4% pelos médios e 15,9% pelos pequenos estabelecimentos. Vale vislumbrar que essas culturas, com exceção da

produção de açúcar a partir da cana-de-açúcar, não são fundamentais na alimentação dos brasileiros.

Outros cultivos importantes para a mesa do brasileiro revelam que a produção da mandioca (aipim ou macaxeira) e da batata inglesa se dá, respectivamente, em 0,8% e 27,7% nos grandes estabelecimentos, 7,1% e 16,5% nos médios e 90,8% e 55,4% nos pequenos. Já a produção de fumo, que abastece a indústria do tabaco, 0,1% é produzido pelos grandes, 0,2% pelos médios e a quase totalidade, 98,6%, é produzido pelos pequenos.

Na tabela 2, a título de comparação, vejamos os dados de um extrato de área inferior ao extrato proposto como pequeno (0 a 200 ha), isto é, chamaremos de “quase pequeno” o extrato que vai de 0 a 10 hectares em confrontação aos dados do extrato grande, acima de 1.000 hectares²⁶.

Tabela 2 - Brasil - Confronto do volume de produção (lavouras temporárias) entre quase pequeno e grande estabelecimento - 2006*

Cultivo	Quase pequeno (0 a 10 ha)	Grande (1000 ha acima)
Abacaxi	31,1%	4,7%
Abóbora, moranga, jerimum	26,0%	4,4%
Algodão Herbáceo	0,5%	91,9%
Alho	22,7%	3,7%
Amendoim em casca	25,2%	20,8%
Arroz em casca	8,6%	30,0%
Aveia branca em grão	2,3%	25,1%
Batata-inglesa	11,5%	27,7%
Cana-de-açúcar	1,5%	65,7%
Cebola	26,8%	0,9%
Cevada em casca	0,3%	27,1%
Fava em grão	55,7%	3,5%
Feijão-preto em grão	30,0%	3,2%
Feijão de cor em grão	25,5%	20,0%
Feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar	47,0%	3,3%
Fumo em folha seca	39,9%	0,1%
Girassol (semente)	0,7%	54,0%
Mamona	36,3%	5,1%
Mandioca (aipim ou macaxeira)	34,5%	0,8%
Melancia	36,8%	4,1%
Melão	17,1%	44,6%
Milho em grão	13,4%	22,9%
Soja em grão	1,5%	49,9%
Tomate rasteiro (industrial)	15,7%	5,5%

²⁶ As tabelas que apresentam esse confronto não representam a totalidade da produção agropecuária, uma vez que os estabelecimentos acima de 10 ha e menores de 1.000 ha não foram considerados.

Amora (folha)	99,1%	0,9%	–
Banana	88,6%	8,7%	2,7%
Borracha (látex coagulado)	42,0%	29,4%	28,6%
Cacau (amêndoa)	74,8%	22,3%	3,0%
Café arábica em grão (verde)	68,8%	23,4%	7,8%
Café canephora (robusta, conilon)	82,8%	12,9%	4,3%
Caju (castanha)	77,5%	9,8%	12,7%
Caju (fruto)	63,4%	5,7%	30,9%
Caqui	81,8%	12,6%	5,6%
Coco-da-baía	78,9%	13,3%	7,8%
Cupuaçu	90,5%	6,5%	2,9%
Dendê (coco)	23,9%	15,5%	60,6%
Erva-mate	80,5%	18,2%	1,4%
Figo	66,7%	33,3%	0,0%
Fruta-de-conde	96,2%	2,2%	1,5%
Goiaba	87,9%	7,6%	4,5%
Graviola	85,9%	8,9%	5,2%
Guaraná	96,0%	3,2%	0,8%
Laranja	44,2%	31,5%	24,4%
Lima	72,5%	27,5%	–
Limão	74,4%	20,2%	5,4%
Maçã	49,5%	31,0%	19,5%
Mamão	50,3%	33,3%	16,4%
Manga	67,6%	24,6%	7,8%
Maracujá	93,7%	5,2%	1,0%
Palmito	62,6%	20,4%	17,1%
Pera	75,6%	22,0%	2,4%
Pêssego	86,3%	11,2%	2,5%
Pimenta-do-reino	85,4%	10,6%	4,0%
Tangerina, bergamota ou mexerica	79,9%	17,8%	2,3%
Uva (mesa)	80,1%	16,1%	3,8%
Uva (vinho ou suco)	98,7%	0,6%	0,7%

Fonte: Censo Agropecuário 2006

Org.: BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO, M. A.

* Quantidade produzida (t) apenas para o grupo “com mais de 50 pés”, uma vez que para o grupo “com até 50 pés” não é disponibilizado a quantidade produzida, mas apenas o valor da produção. O grupo “com mais de 50 pés” representa 86,2% do valor de produção das lavouras permanentes.

** A soma entre as classes de área de algumas produções não equivale a 100% devido à categoria *produtor sem área*. O *produtor sem área* é uma nova categoria implementada no Censo 2006 e, segundo o IBGE, refere-se aos empregados que praticam atividade agropecuária no mesmo estabelecimento sujeito à administração do produtor/proprietário, mas cuja referida produção esteve sob sua responsabilidade.

**Quantidade produzida em toneladas (t), com exceção do açaí (fruto) e coco da baía, cuja medida de volume utilizada foi por 1000 frutos.

Na tabela 3, referente às lavouras permanentes, apontamos outros alimentos que servem diretamente como comida (*in natura*) ou vai direto para as grandes indústrias processadoras, retornando à mesa do brasileiro. O café arábica, 68,8% é produzido pelos pequenos estabelecimentos, 23,4% pelos médios e 7,8% pelos grandes. O café robusta, 82,8% é produzido pelos pequenos, 12,9% pelos médios e 4,3% pelos grandes. A banana 88,6% pelos pequenos, 8,7% pelos médios e 2,7% pelos grandes. O cacau, 74,8% pelos pequenos, 22,3% pelos médios e 3% pelos grandes. A laranja, 44,2% pelos pequenos, 31,5% pelos médios e 24,4% pelos grandes. A uva para vinho e suco e a guaraná, 98,7% e 96% respectivamente, é produzida pelos pequenos estabelecimentos rurais.

Como vimos até o momento, os dados indicam que o pequeno estabelecimento produz mais em volume/quantidade do que os médios e grandes estabelecimentos rurais, dessa forma, a resposta ao título desse texto começa a se configurar.

E ainda vale destacar que a tabela 3 contabilizou apenas dados de volume de produção daqueles produtores com mais de 50 pés, já que segundo a metodologia adotada pelo IBGE a produção com menos de 50 pés não foi computada. É importante conjecturar que, muito provavelmente, essa produção abaixo de 50 pés está localizada nos pequenos estabelecimentos rurais, o que ampliaria a porcentagem de produção dos pequenos.

Tabela 4 - Brasil - Confronto do volume de produção (lavouras permanentes) entre quase pequeno e grande estabelecimento – 2006*

Cultivo**	Quase pequeno (0 a 10 ha)	Grande (1000 ha acima)
Abacate	8,0%	4,2%
Açaí (fruto)	34,9%	1,6%
Acerola	49,0%	3,4%
Agave, sisal (fibra)	8,5%	4,2%
Agave, sisal (folha)	12,5%	1,6%
Ameixa	3,3%	0,8%
Amora (folha)	41,5%	–
Banana	30,1%	2,7%
Borracha (látex coagulado)	3,2%	28,6%
Cacau (amêndoa)	12,1%	3,0%
Café arábica em grão (verde)	14,5%	7,8%
Café canephora (robusta, conilon)	18,3%	4,3%
Caju (castanha)	30,0%	12,7%
Caju (fruto)	23,7%	30,9%
Caqui	15,7%	5,6%
Coco-da-baía	28,6%	7,8%
Cupuaçu	14,5%	2,9%
Dendê (coco)	3,9%	60,6%
Erva-mate	12,3%	1,4%

Figo	31,8%	0,0%
Fruta-de-conde	35,2%	1,5%
Goiaba	38,0%	4,5%
Graviola	31,0%	5,2%
Guaraná	35,2%	0,8%
Laranja	6,2%	24,4%
Lima	11,7%	–
Limão	17,1%	5,4%
Maçã	4,5%	19,5%
Mamão	5,7%	16,4%
Manga	14,1%	7,8%
Maracujá	42,0%	1,0%
Palmito	8,8%	17,1%
Pera	10,5%	2,4%
Pêssego	12,0%	2,5%
Pimenta-do-reino	18,3%	4,0%
Tangerina, bergamota ou mexerica	16,5%	2,3%
Uva (mesa)	31,1%	3,8%
Uva (vinho ou suco)	21,5%	0,7%

Fonte: Censo Agropecuário 2006

Org.: BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO, M. A.

* Quantidade produzida (t) apenas para o grupo “com mais de 50 pés”, uma vez que para o grupo “com até 50 pés” não é disponibilizado a quantidade produzida, mas apenas o valor da produção. O grupo “com mais de 50 pés” representa 86,2% do valor de produção das lavouras permanentes.

**Quantidade produzida em toneladas (t), com exceção do açaí (fruto) e coco da baía, cuja medida de volume utilizada foi por 1000 frutos.

Na tabela 4, deixamos ao leitor o exercício de correr as duas colunas e constatar que, na maioria dos cultivos, o estrato quase pequeno (de 0 a 10 ha) é produtivamente superior ao extrato grande (acima de 1.000 ha), com exceção apenas da laranja, caju, dendê, maçã, mamão e palmito, e, fora do âmbito alimentar, a borracha/látex (evidentemente devido à natureza desse cultivo que exige grandes extensões de terra).

Tabela 5 - Brasil - Distribuição do volume de produção (horticultura) em 2006*

Cultivo**	Pequeno (0 a 200 ha)	Médio (200 a 1000 ha)	Grande (1000 ha acima)
Abobrinha	95,0%	3,4%	0,1%
Acelga	98,0%	1,8%	0,0%
Agrião	98,6%	0,1%	0,0%
Alface	98,2%	0,8%	0,0%
Alho-porró	95,9%	0,9%	2,4%
Almeirão	98,8%	0,6%	0,0%
Batata-baroa (mandioquinha)	95,6%	4,0%	–

Batata-doce	97,6%	1,2%	0,2%
Berinjela	96,0%	1,6%	0,1%
Beterraba	94,3%	5,2%	0,1%
Brócolis	97,3%	0,7%	0,0%
Cebolinha	96,8%	0,3%	0,1%
Cenoura	86,8%	11,6%	0,2%
Chicória	98,6%	0,5%	0,0%
Chuchu	95,0%	1,1%	0,0%
Coentro	96,7%	0,4%	0,0%
Cogumelos	99,6%	–	–
Couve	98,0%	0,4%	0,0%
Couve-flor	98,4%	0,8%	0,0%
Ervilha (vagem)	94,3%	0,8%	0,3%
Espinafre	98,9%	0,2%	0,0%
Gengibre	98,2%	1,5%	0,0%
Hortelã	98,4%	0,4%	0,0%
Inhame	98,0%	0,9%	0,0%
Jiló	93,4%	1,8%	0,2%
Maxixe	88,3%	3,2%	2,6%
Milho verde (espiga)	92,0%	6,8%	0,2%
Morango	95,9%	1,7%	0,1%
Mostarda (semente)	97,9%	0,2%	0,0%
Nabo	93,9%	5,9%	0,0%
Pepino	95,6%	1,6%	0,1%
Pimenta	96,4%	1,4%	0,2%
Pimentão	93,1%	3,0%	0,6%
Quiabo	89,8%	6,1%	0,3%
Rabanete	98,6%	0,7%	0,0%
Repolho	98,4%	0,6%	0,1%
Rúcula	98,6%	0,6%	0,0%
Salsa	97,7%	0,5%	0,5%
Tomate (estaqueado)	81,7%	12,2%	4,2%
Vagem (feijão-vagem)	96,3%	1,2%	0,1%

Fonte: Censo Agropecuário 2006

Org.: BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO, M. A.

** A soma entre as classes de área de algumas produções não equivale a 100% devido à categoria *produtor sem área*. O *produtor sem área* é uma nova categoria implementada no Censo 2006 e, segundo o IBGE, refere-se aos empregados que praticam atividade agropecuária no mesmo estabelecimento sujeito à administração do produtor/proprietário, mas cuja referida produção esteve sob sua responsabilidade.

**Quantidade produzida (t)

A tabela 5 apresenta os alimentos oriundos da horticultura e, na comparação entre as 3 colunas, é marcante a supremacia da pequena produção em relação às demais. A abobrinha, 95% é produzido pelos pequenos estabelecimentos, 3,4% pelos médios e 0,1% pelos grandes. A alface, 98,2% pelos pequenos, 0,8 pelos médios e 0,0% pelos grandes. A berinjela, 96% pelos pequenos, 1,6% pelos médios e 0,1% pelos grandes. A cenoura, 86,8% pelos pequenos, 11,6% pelos médios e 0,2% pelos grandes. A pimenta, 96,4% é produzida pelos pequenos, 1,4% pelos médios e 0,2% pelos grandes. O repolho, 98,4% pelos pequenos, 0,6% pelos médios e 0,1% pelos grandes. E o tomate (estaqueado), 81,7% pelos pequenos, 12,2% pelos médios e 4,2% pelos grandes estabelecimentos rurais.

A respeito desses cultivos, nos recusamos a elaborar uma tabela de confronto entre os quase pequenos (0 a 10 ha) e grandes (acima de 1.000 ha), pois basta observar a última coluna da tabela 5 e fica evidente a inexpressiva importância produtiva dos grandes estabelecimentos. Confrontar os quase pequenos com os grandes seria, contraditoriamente, uma luta de David contra Golias.

Tabela 6 - Brasil - Distribuição do volume de produção (extração vegetal) em 2006*

Cultivo	Pequeno (0 a 200 ha)	Médio (200 a 1000 ha)	Grande (1000 ha acima)	Produtor sem área
Açaí (fruto)	83,8%	4,4%	0,8%	11,0%
Babaçu (amêndoa)	45,1%	1,3%	0,3%	53,4%
Babaçu (coco)	18,7%	4,1%	0,6%	76,6%
Borracha (látex coagulado)	36,5%	33,1%	28,8%	1,6%
Carnaúba (cera)	38,1%	16,5%	0,8%	44,6%
Carnaúba (pó de palha)	76,1%	14,4%	3,2%	6,2%
Castanha-do-pará	62,3%	15,5%	2,4%	19,8%
Cupuaçu	88,0%	6,9%	1,3%	3,7%
Erva-mate	81,7%	12,1%	5,1%	1,5%
Lenha	81,5%	8,3%	2,5%	7,7%
Madeira em toras para papel	57,5%	21,8%	17,3%	3,4%
Madeira em toras para outra finalidade	67,0%	6,2%	4,3%	22,5%
Mangaba (fruto)	93,8%	0,4%	0,0%	5,8%
Palmito	70,2%	8,9%	1,0%	20,0%
Pequi	86,8%	3,2%	0,6%	9,4%
Pinhão	69,5%	9,4%	18,5%	2,5%

Fonte: Censo Agropecuário 2006

Org.: BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO, M. A.

*Quantidade colhida (t).

**No que se refere a este setor não é possível ignorar a classe do “produtor sem área”, uma vez que eles representam aproximadamente 25% do valor de produção total bem como são relevantes no volume da produção de vários cultivos.

Na tabela 6, sobre volume de produção da extração vegetal, o açaí é 83,8% produzido pelos pequenos estabelecimentos, 4,4% pelos médios, 0,8% pelos grandes e 11% pelo produtor sem área. O babaçu (amêndoa), 45,1% produzido pelos pequenos, 1,3% pelo médio, 0,3% pelo grande e 53,4% pelo produtor sem área. A carnaúba (cera), 38,1% pelos pequenos, 16,5% pelos médios, 0,8% pelos grandes e 44,6% pelos produtores sem área. No que se refere à castanha-do-pará, 62,3% pelos pequenos, 15,5% pelos médios estabelecimentos, 2,4% pelos grandes e 19,8% pelo produtor sem área. O cupuaçu, 88% é produzido pelos pequenos, 6,9% pelos médios, 1,3% pelos grandes e 3,7% pelos produtores sem área.

Tabela 7 - Brasil – Confronto do volume de produção (extração vegetal) entre quase pequeno, grande estabelecimento e produtor sem área – 2006

Cultivo	Quase pequeno (0 a 10 ha)	Grande (1000 ha acima)	Produtor sem área
Açaí (fruto)	25,4%	0,8%	11,0%
Babaçu (amêndoa)	22,7%	0,3%	53,4%
Babaçu (coco)	8,7%	0,6%	76,6%
Borracha (látex coagulado)	4,0%	28,8%	1,6%
Carnaúba (cera)	9,6%	0,8%	44,6%
Carnaúba (pó de palha)	25,9%	3,2%	6,2%
Castanha-do-pará	17,5%	2,4%	19,8%
Cupuaçu	26,6%	1,3%	3,7%
Erva-mate	12,1%	5,1%	1,5%
Lenha	34,7%	2,5%	7,7%
Madeira em toras para papel	10,3%	17,3%	3,4%
Madeira em toras para outra finalidade	19,0%	4,3%	22,5%
Mangaba (fruto)	64,1%	0,0%	5,8%
Palmito	21,4%	1,0%	20,0%
Pequi	59,4%	0,6%	9,4%
Pinhão	10,6%	18,5%	2,5%

Fonte: Censo Agropecuário 2006

Org.: BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO, M. A.

Na tabela 7, confrontamos os quase pequenos, os grandes e os produtores sem área. Aglutinado essa nova classe - o de produtor sem área -, a essência dos resultados revelados não é alterada. Os pequenos e aqueles que não possuem área para produção, produzem mais que os grandes estabelecimentos na maioria dos produtos da extração vegetal.

Tabela 8 - Brasil - Distribuição do volume de produção (silvicultura) em 2006*

Cultivo	Pequeno (0 a 200 ha)	Médio (200 a 1000 ha)	Grande (1000 ha acima)
Cascas de acácia-negra	58,6%	40,7%	0,7%
Lenha	68,5%	9,1%	19,0%
Madeiras em tora para papel	6,6%	15,2%	78,1%
Madeiras em tora para outra finalidade	25,0%	21,9%	52,5%
Mudas de eucalipto	65,5%	2,7%	31,7%
Mudas de pinheiro	96,8%	1,5%	1,6%
Mudas de outras espécies florestais	94,7%	0,8%	4,3%

Fonte: Censo Agropecuário 2006

Org.: BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO, M. A.

*Quantidade colhida (em metros cúbicos - m³) para os seguintes cultivos: cascas de acácia-negra, lenha, madeiras em tora para papel e madeiras em tora para outra finalidade. Quantidade colhida por mil unidades para as mudas de eucalipto, de pinheiro e de outras espécies florestais.

Na tabela 8, a produção da silvicultura está dividida da seguinte forma: lenha, 68,5% produzido pelos pequenos estabelecimentos, 9,1% pelos médios e 19% pelos grandes; madeira em tora para papel, 6,6% pelos pequenos, 15,2% pelos médios e 78,1% pelos grandes; madeira em tora para outra finalidade, 25% pelos pequenos, 21,9% pelos médios e 52,5% pelos grandes estabelecimentos. Na produção de madeira para outra finalidade há uma rivalidade quantitativa entre os pequenos e médios, com papel de destaque dos grandes estabelecimentos. Já na madeira para papel, a supremacia dos grandes é evidente, visto que é uma produção dominada por grandes multinacionais de papel e celulose.

Tabela 9 - Brasil - Distribuição do valor da produção (floricultura)* em 2006

Cultivo	Pequeno (0 a 200 ha)	Médio (200 a 1000 ha)	Grande (1000 ha acima)
Flores e folhagens para corte	92,0%	4,3%	3,3%
Gramma	55,6%	43,2%	0,3%
Plantas ornamentais em vasos	92,9%	6,8%	0,0%
Plantas, flores e folhas medicinais	86,1%	13,5%	0,0%
Sementes	74,7%	25,2%	0,0%
Mudas e outras formas de propagação	93,8%	5,3%	-

Fonte: Censo Agropecuário 2006

Org.: BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO, M. A.

*Valor de produção por mil reais (1000 R\$)

Na produção de floricultura, apresentada na tabela 9, o IBGE coletou apenas os dados de valor de produção. Destaca-se a produção de flores e folhagens para corte, na qual 92% do valor produzido estão nos pequenos estabelecimentos, 4,3% nos médios e 3,3% nos

grandes. Já para a produção de plantas, flores e folhas medicinais, 86,1% é realizada pelos pequenos, 13,5% pelos médios e 0% pelos grandes estabelecimentos rurais.

As três tabelas a seguir são de extrema importância para pensarmos o título desse texto. Carne, leite e ovos são alimentos de suma importância na ração diária de uma parte significativa dos brasileiros.

Tabela 10 - Brasil - Distribuição dos plantéis em 31.12.06*

Rebanho	Pequeno (0 a 200 ha)	Médio (200 a 1000 ha)	Grande (1000 ha acima)
Bovinos	39,0%	26,9%	33,8%
Bubalinos	32,5%	25,0%	37,3%
Equinos	62,3%	21,5%	15,2%
Asininos	84,3%	7,7%	3,1%
Muares	58,7%	18,3%	21,7%
Caprinos	73,7%	16,1%	5,7%
Coelhos	92,0%	3,8%	0,7%
Suínos	84,3%	8,1%	5,4%
Ovinos	61,4%	23,0%	13,9%
Aves**	88,7%	7,5%	2,1%
Outras aves***	92,7%	5,8%	0,4%

Fonte: Censo Agropecuário 2006 Org.: BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO, M. A.

*A soma entre as classes de área de algumas produções não equivale a 100% devido à categoria *produtor sem área*. O *produtor sem área* é uma nova categoria implementada no Censo 2006 e, segundo o IBGE, refere-se aos empregados que praticam atividade agropecuária no mesmo estabelecimento sujeito à administração do produtor/proprietário, mas cuja referida produção esteve sob sua responsabilidade.

**Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos.

***Patos, gansos, marrecos, perus, codornas, avestruzes, perdizes, faisões e outros.

A tabela 10 reúne as criações que compõe a produção pecuária nacional. Vejamos como ficam os dados divididos nos 3 extratos de área propostos para essa reflexão. Na criação bovina, os pequenos estabelecimentos rurais são responsáveis por 39,0% da produção, os médios por 26,9% e os grandes por 33,8%. Os suínos, os pequenos produzem 84,3% de toda a produção, os médios 8,1% e os grandes 5,4%. Na produção de aves (frango/galinha/pinto), os pequenos alcançam 88,7%, os médios 7,5% e os grandes estabelecimentos rurais chegam a apenas 2,1%.

Com isso, constatamos que os dados oficiais da pecuária apontam, mais uma vez, para o caráter altamente produtivo da pequena produção em detrimento dos extratos médios e, sobretudo, grandes. Até na criação bovina, palco das mega fazendas e dos famosos fazendeiros pecuaristas que marcam o imaginário social, os pequenos produtores, com área até 200 ha, superam produtivamente as grandes áreas.

Tabela 11: Confronto entre quase pequeno e grande estabelecimento na distribuição dos plantéis em 31.12.06

Rebanho	Quase pequeno (0 a 10 ha)	Grande (1000 ha acima)
Bovinos	4,3%	33,8%
Bubalinos	6,7%	37,3%
Equinos	13,6%	15,2%
Asininos	37,0%	3,1%
Muarees	16,8%	21,7%
Caprinos	22,1%	5,7%
Coelhos	44,8%	0,7%
Suínos	22,9%	5,4%
Ovinos	13,2%	13,9%
Aves*	29,2%	2,1%
Outras aves**	32,8%	0,4%

Fonte: Censo Agropecuário 2006 Org.: BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO, M. A.

*Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos.

**Patos, gansos, marrecos, perus, codornas, avestruzes, perdizes, faisões e outros.

No caso da pecuária bovina, na comparação entre os estratos quase pequeno *versus* grande, a relação numérica se inverte, diferente do que ocorreu com mesma análise na agricultura. A produção bovina dos quase pequenos (até 10 ha) alcança 4,3%, enquanto os estabelecimentos grandes (acima de 1.000 ha) produzem 33,8% da produção pecuária nacional. Já na análise dos suínos e aves, a *lógica volta a reinar*. Na produção suína os estabelecimentos quase pequenos produzem 22,9% da produção nacional, enquanto os grandes chegam a 5,4% dessa produção. No que diz respeito à produção de aves (frango/galinha/pinto), 29,2% é produzida pelos quase pequenos e apenas 2,1% pelos grandes estabelecimentos rurais.

No que se refere aos derivados da produção pecuária, a tabela a seguir representa o volume da produção.

Tabela 12 - Brasil - Distribuição do volume de produção (derivados da pecuária)*

Produto**	Pequeno (0 a 200 ha)	Médio (200 a 1000 ha)	Grande (1000 ha acima)
Leite de Vaca	78,6%	17,1%	4,0%
Leite de Búfala	48,2%	36,9%	13,2%
Leite de Cabra	84,1%	10,1%	3,3%
Lã	34,2%	34,8%	30,8%
Ovos de Galinha	77,8%	17,8%	3,6%
Ovos de outras aves	96,0%	3,3%	0,0%
Mel	75,4%	4,9%	1,4%

Cera	76,2%	4,9%	1,8%
Carne de rã	91,6%	8,2%	–
Casulo de bicho-da-seda	99,0%	0,8%	–

Fonte: Censo Agropecuário 2006

Org.: BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO, M. A

*A soma entre as classes de área de algumas produções não equivale a 100% devido à categoria *produtor sem área*. O *produtor sem área* é uma nova categoria implementada no Censo 2006 e, segundo o IBGE, refere-se aos empregados que praticam atividade agropecuária no mesmo estabelecimento sujeito à administração do produtor/proprietário, mas cuja referida produção esteve sob sua responsabilidade. Tanto na produção de mel como a de cera, a participação do “produtor sem área” é expressiva no total do volume de produção. Essa categoria é responsável pela produção de 18.3% do mel e 17.1% da cera, por isso a somatória da produção pelas 3 classes de áreas trabalhadas na tabela, fica longe de atingir 100%.

**Quantidade produzida em kg para lã, mel, cera, carne de rã e casulo de bicho-da-seda; por mil dúzias para os ovos de galinha; por dúzias para os ovos de outras aves; por mil litros para leite de vaca e leite de búfala e por litros para o leite de cabra.

Na tabela 12, o volume de produção dos pequenos extratos de área é, mais uma vez, explicitamente superior aos outros estratos. Na produção de leite de vaca, os pequenos alcançam 78,6% da produção total, sendo que os médios respondem por 17,1% e os grandes por 4%. No leite de cabra, os pequenos produzem 84,1%, os médios 10,1%, e os grandes 3,3%. Na produção de ovos de galinha, os pequenos estabelecimentos rurais são responsáveis por 77,8%, os médios 17,8% e os grandes por apenas 3,6%. No que se refere à produção de mel, 75,4% é produzido pelos pequenos, 4,9% pelos médios e 1,4% pelos grandes estabelecimentos rurais.

Até o momento, com exceção dos dados de floricultura, vimos quantitativos relativos ao **volume de produção**. Vejamos, então, como ficam os dados de **valor de produção**, dimensão supervalorizada pelo agronegócio e seus defensores.

Tabela 13 - Brasil - Distribuição do valor de produção (lavouras permanentes)*

Cultivo**	Pequeno (0 a 200 ha)	Médio (200 a 1000 ha)	Grande (1000 ha acima)
Abacate	92,2%	6,0%	1,7%
Açaí (fruto)	93,7%	5,1%	1,2%
Acerola	83,0%	15,6%	1,4%
Agave, sisal (fibra)	72,7%	22,5%	4,9%
Agave, sisal (folha)	90,1%	8,5%	1,5%
Ameixa	83,1%	4,1%	12,8%
Amora (folha)	98,9%	1,1%	–
Banana	93,5%	5,4%	1,1%
Borracha (látex coagulado)	46,1%	24,2%	29,7%
Cacau (amêndoa)	78,1%	19,5%	2,4%
Café arábica em grão (verde)	69,0%	22,7%	8,3%
Café canephora (robusta, conilon)	81,0%	14,2%	4,8%

Caju (castanha)	74,1%	12,6%	13,3%
Caju (fruto)	38,8%	4,4%	56,8%
Caqui	89,5%	7,4%	3,1%
Coco-da-baía	79,9%	16,7%	3,4%
Cupuaçu	87,4%	11,5%	1,1%
Dendê (coco)	52,3%	21,1%	26,6%
Erva-mate	89,0%	8,2%	2,8%
Figo	86,6%	13,4%	0,0%
Fruta-de-conde	92,8%	5,0%	2,2%
Goiaba	93,7%	4,2%	2,2%
Graviola	88,4%	9,7%	1,9%
Guaraná	96,0%	3,2%	0,8%
Laranja	58,1%	26,6%	15,4%
Lima	94,3%	5,7%	–
Limão	54,2%	12,8%	32,9%
Maçã	71,7%	20,2%	8,1%
Mamão	60,6%	28,1%	11,3%
Manga	55,9%	36,4%	7,7%
Maracujá	84,3%	15,1%	0,6%
Palmito	71,8%	19,0%	9,2%
Pera	76,5%	20,1%	3,4%
Pêssego	88,2%	10,0%	1,8%
Pimenta-do-reino	84,9%	7,8%	7,3%
Tangerina, bergamota ou mexerica	86,2%	11,9%	1,9%
Uva (mesa)	73,8%	17,9%	8,2%
Uva (vinho ou suco)	95,3%	2,4%	2,3%

Fonte: Censo Agropecuário 2006

Org.: BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO, M. A.

*Valor de produção por mil reais (1000 R\$). O valor de produção apenas para o grupo “com mais de 50 pés”, uma vez que para o grupo “até 50 pés” não existem dados.

**A soma entre as classes de área de algumas produções não equivale a 100% devido à categoria *produtor sem área*. O *produtor sem área* é uma nova categoria implementada no Censo 2006 e, segundo o IBGE, refere-se aos empregados que praticam atividade agropecuária no mesmo estabelecimento sujeito à administração do produtor/proprietário, mas cuja referida produção esteve sob sua responsabilidade.

Na tabela 13, dividimos os dados de valor de produção segundo os cultivos recenseados. Para dar destaque aos produtos mais frequentes na mesa do brasileiro, constatamos que do café arábica em grão, 69% do valor de sua produção ocorre nos estratos de área considerados pequenos, 22,7% nos médios e 8,3% nos grandes. No que se refere ao café robusta/conilon, 81% do valor de produção fica a cargo dos pequenos, 14,2% pelos médios e 4,8% pelos grandes. O limão, 54,2% pelos pequenos, 12,8% pelos médios e 32,9% pelos grandes. A laranja, 58,1% pelos pequenos estabelecimentos, 26,6% pelos médios e 15,4% pelos grandes. O mamão, 60,6% do valor de produção foi produzido nos pequenos estabelecimentos, 28,1% nos médios, 11,3% nos grandes. Na manga, 55,9%

pelos pequenos, 36,4% pelos médios e apenas 7,7% pelos grandes. Na banana, 93,5% pelos pequenos, 5,4% pelos médios e 1,1% pelos grandes. Na uva de mesa, 73,8% pelos pequenos, 17,9% pelos médios e 8,2% pelos grandes, sendo que na uva para vinho ou suco, os pequenos correspondem a 95,3% do valor de produção, 2,4% aos médios e 2,3% aos grandes estabelecimentos.

Retomando a proposta metodológica de comparação desigual e injusta entre os estabelecimentos denominados de “quase pequenos” (0 a 10 ha) com os grandes (acima de 1000 ha), vejamos como se distribuem os valores de produção.

Tabela 14 - Brasil – Confronto entre o quase pequeno e o grande estabelecimento na distribuição dos valores de produção (lavouras permanentes)*

Cultivo	Quase pequeno (0 a 10 ha)	Grande (1000 ha acima)
Abacate	37,8%	1,7%
Açaí (fruto)	31,3%	1,2%
Acerola	46,7%	1,4%
Agave, sisal (fibra)	8,1%	4,9%
Agave, sisal (folha)	16,2%	1,5%
Ameixa	2,8%	12,8%
Amora (folha)	26,5%	–
Banana	37,7%	1,1%
Borracha (látex coagulado)	3,5%	29,7%
Cacau (amêndoa)	10,1%	2,4%
Café arábica em grão (verde)	13,1%	8,3%
Café canephora (robusta, conilon)	16,7%	4,8%
Caju (castanha)	23,8%	13,3%
Caju (fruto)	10,8%	56,8%
Caqui	33,5%	3,1%
Coco-da-baía	39,5%	3,4%
Cupuaçu	8,3%	1,1%
Dendê (coco)	3,0%	26,6%
Erva-mate	12,3%	2,8%
Figo	59,6%	0,0%
Fruta-de-conde	37,5%	2,2%
Goiaba	28,4%	2,2%
Graviola	25,2%	1,9%
Guaraná	29,0%	0,8%
Laranja	10,6%	15,4%
Lima	3,2%	–
Limão	16,5%	32,9%
Maçã	5,0%	8,1%
Mamão	11,1%	11,3%

Manga	13,1%	7,7%
Maracujá	37,2%	0,6%
Palmito	12,9%	9,2%
Pera	10,0%	3,4%
Pêssego	12,9%	1,8%
Pimenta-do-reino	13,4%	7,3%
Tangerina, bergamota ou mexerica	19,1%	1,9%
Uva (mesa)	27,3%	8,2%
Uva (vinho ou suco)	21,6%	2,3%

Fonte: Censo Agropecuário 2006 Org.: BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO, M. A.

*Valor de produção por mil reais (1000 R\$). O valor de produção apenas para o grupo “com mais de 50 pés”, uma vez que para o grupo “até 50 pés” não existem dados.

Em um simples passar de olhos pelas duas colunas, observamos que no confronto entre quase pequenos e grandes, os primeiros dominam o valor de produção da maior parte dos produtos apresentados na tabela 14.

Tabela 15 - Brasil - Distribuição do valor de produção (lavouras temporárias) em 2006*

Cultivo**	Pequeno (0 a 200 ha)	Médio (200 a 1000 ha)	Grande (1000 ha acima)
Abacaxi	79,9%	11,7%	4,7%
Abóbora, moranga, jerimum	88,3%	6,7%	4,0%
Algodão Herbáceo	1,7%	5,2%	91,9%
Alho	65,8%	29,1%	4,9%
Amendoim em casca	63,6%	17,4%	18,7%
Arroz em casca	42,8%	26,5%	30,0%
Aveia branca em grão	42,3%	34,2%	23,5%
Batata-inglesa	48,4%	17,1%	34,1%
Cana-de-açúcar	19,0%	21,1%	59,9%
Cebola	90,3%	7,9%	1,0%
Cevada em casca	19,4%	52,6%	28,0%
Fava em grão	89,6%	3,6%	3,6%
Feijão-preto em grão	87,6%	8,3%	3,5%
Feijão de cor em grão	61,5%	16,0%	21,8%
Feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar	88,1%	6,6%	3,7%
Fumo em folha seca	98,3%	0,2%	0,1%
Girassol (semente)	22,3%	24,4%	53,3%
Mamona	88,7%	4,9%	6,1%
Mandioca (aipim ou macaxeira)	89,0%	8,7%	0,6%
Melancia	87,3%	5,3%	6,5%
Melão	23,5%	15,3%	61,0%
Milho em grão	56,8%	19,2%	23,6%
Soja em grão	24,1%	27,6%	48,3%

Tomate rasteiro (industrial)	83,9%	12,1%	3,2%
Trigo em grão	40,8%	38,2%	20,9%

Fonte: Censo Agropecuário 2006 Org.: BARBOSA, H. J. N.; MITTIDIERO, M. A.

*Valor de produção por mil reais (1000 R\$)

**A soma entre as classes de área de algumas produções não equivale a 100% devido à categoria *produtor sem área*. O *produtor sem área* é uma nova categoria implementada no Censo 2006 e, segundo o IBGE, refere-se aos empregados que praticam atividade agropecuária no mesmo estabelecimento sujeito à administração do produtor/proprietário, mas cuja referida produção esteve sob sua responsabilidade.

Na tabela 15, frisamos, novamente, aquelas produções que representam diretamente a produção de comida para os brasileiros. Vejamos em que classe de área se concentra os valores produzidos em importantes culturas. Para o arroz em casca, 42,8% dos valores de produção está localizado nos estabelecimentos rurais pequenos, 26,5% nos médios e 30% nos grandes. O feijão-preto, 87,6% pelos pequenos, 8,3% pelos médios e 3,5% pelos grandes estabelecimentos. O feijão de cor, 61,5% pelos pequenos, 16% pelos médios e 21,8% pelos grandes. O feijão-fradinho, 88,1% pelos pequenos, 6,6% pelos médios e 3,7% pelos grandes. A mandioca (aipim ou macaxeira), 89% pelos pequenos, 8,7% pelos médios e 0,6% pelos grandes. O milho, 56,8% pelos pequenos, 19,2% pelos médios e 23,6% pelos grandes. O tomate rasteiro, 83,9% pelos pequenos, 12,1% pelos médios e 3,2% pelos grandes. O trigo, 40,8% pelos pequenos, 38,2% pelos médios e 20,9% pelos grandes.

Tabela 16 - Brasil - Confronto entre quase pequenos e grandes estabelecimentos na distribuição dos valores de produção (lavouras temporárias) em 2006 *

Cultivo	Quase pequeno (0 a 10 ha)	Grande (1000 ha acima)
Abacaxi	30,0%	4,7%
Abóbora, moranga, jerimum	27,5%	4,0%
Algodão Herbáceo	0,5%	91,9%
Alho	14,7%	4,9%
Amendoim em casca	25,5%	18,7%
Arroz em casca	9,2%	30,0%
Aveia branca em grão	2,1%	23,5%
Batata-inglesa	10,2%	34,1%
Cana-de-açúcar	1,9%	59,9%
Cebola	25,4%	1,0%
Cevada em casca	0,2%	28,0%
Fava em grão	56,6%	3,6%
Feijão-preto em grão	30,7%	3,5%
Feijão de cor em grão	23,4%	21,8%
Feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar	45,6%	3,7%
Fumo em folha seca	37,6%	0,1%
Girassol (semente)	0,7%	53,3%
Mamona	36,4%	6,1%

Mandioca (aipim ou macaxeira)	31,6%	0,6%
Melancia	34,1%	6,5%
Melão	10,6%	61,0%
Milho em grão	14,0%	23,6%
Soja em grão	2,6%	48,3%
Tomate rasteiro (industrial)	15,6%	3,2%
Trigo em grão	1,5%	20,9%

Fonte: Censo Agropecuário 2006 Org.: BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO, M. A.

*Valor de produção por mil reais (1000 R\$)

No confronto desigual entre o quase pequeno e o grande estabelecimento, no que diz respeito ao valor de produção das lavouras temporárias, os quase pequenos superam em valor de produção os grandes estabelecimentos rurais em mais da metade dos produtos apresentados na tabela.

Em alguns produtos os quais os grandes superam em valor de produção, evidentemente explica-se pelo papel no mercado de alimentos que esses produtos assumem, principalmente devido sua dinâmica pautada pelo mercado financeiro de *commodities*. No entanto, observando as tabelas de valor de produção das lavouras permanentes e temporárias, o papel de geração de valores, portanto de renda, circulação de dinheiro e divisas, arrecadação de impostos, do aquecimento do mercado em geral, fica nas mãos dos pequenos estabelecimentos rurais, mostrando, mais uma vez, o papel que esses estratos possuem na produção e na economia brasileira.

Sobre o valor de produção da horticultura, nos eximimos de expor as tabelas aqui devido à redundância das conclusões a que estamos chegando a cada análise de tabela, mas não podemos deixar de informar ao leitor que, com exceção da cenoura (86,5%), milho verde em espiga (89,9%), maxixe (82,2%) e tomate estaqueado (83,1%), os outros alimentos da horticultura **superam** a casa dos 90% de valor de produção produzido nos pequenos estabelecimentos rurais, muitos deles se aproximando do patamar de 100% do valor de produção.

Também, não exporemos a tabela de valor de produção da extração vegetal e silvicultura, mas alguns destaques são importantes: o valor de produção do açaí (81,7%), castanha-do-pará (62,4%), erva mate (80%), palmito (52,4%) está concentrado nos pequenos estabelecimentos. Na silvicultura, os grandes estabelecimentos concentram o maior valor de produção da madeira para papel (73,7%) e madeira em tora para outra finalidade (64,6%), enquanto os pequenos dominam na produção de lenha (62,5%).

Tabela 17 - Brasil - Distribuição do valor de produção (derivados da pecuária)*

Produto**	Pequeno (0 a 200 ha)	Médio (200 a 1000 ha)	Grande (1000 ha acima)
Leite de Vaca	77,7%	17,6%	4,3%
Leite de Búfala	49,9%	35,9%	12,1%
Leite de Cabra	86,5%	8,7%	2,3%
Lã	33,1%	34,9%	31,7%
Ovos de Galinha	76,3%	19,0%	3,7%
Ovos de outras aves	75,6%	23,6%	0,4%
Mel	76,6%	4,8%	1,7%
Cera	75,4%	4,6%	1,7%
Geleia real, própolis, pólen, etc.	77,7%	4,8%	1,1%
Carne de rã	87,6%	12,2%	–
Casulo de bicho-da-seda	99,0%	0,8%	–

Fonte: Censo Agropecuário 2006

Org.: BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO, M.

*Valor de produção por mil reais (1000 R\$) para o leite de vaca, leite de búfala e ovos de galinha; valor da produção em reais (R\$) para os demais produtos.

**A soma entre as classes de área de algumas produções não equivale a 100% devido à categoria *produtor sem área*. O *produtor sem área* é uma nova categoria implementada no Censo 2006 e, segundo o IBGE, refere-se aos empregados que praticam atividade agropecuária no mesmo estabelecimento sujeito à administração do produtor/proprietário, mas cuja referida produção esteve sob sua responsabilidade. Tanto na produção de mel como a de cera, a participação do “produtor sem área” é expressiva no total do valor de produção. Essa categoria é responsável pela produção de 16,9% do mel e 18,4% da cera, por isso a somatória da produção pelas 3 classes de áreas trabalhadas na tabela, fica longe de atingir 100%.

No que diz respeito ao valor de produção, a tabela 17 repete praticamente a realidade expressa nos dados de volume de produção dos derivados da pecuária. No valor de produção do leite de vaca, os pequenos correspondem a 77,7% de todo valor produzido, os médios a 17,6% e os grandes a tão somente 4,3%. No leite de cabra, os pequenos produzem 86,5% do valor de produção, os médios 8,7% e os grandes 2,3%. Os ovos de galinha, 76,3% pelos pequenos, 19% pelos médios e 3,7% pelos grandes. A produção de mel, 76,6% pelos pequenos, 4,8% pelos médios e apenas 1,7% pelos grandes estabelecimentos rurais.

As duas tabelas a seguir agrega dados de uma importante fonte de abastecimento de alimentos para os brasileiros, além de constituir atividade econômica fundamental que movimenta a economia local/nacional e distribui renda entre os produtores e comerciantes, sobretudo de médio e pequeno porte.

A “agroindústria rural” é reconhecida pelo IBGE quando atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários são realizadas em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros a partir da matéria prima produzida no próprio estabelecimento rural ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tenha sido dada pelo próprio produtor.

Tabela 18 - Brasil - Distribuição do volume de produção (agroindústria rural)* em 2006

Produto	Pequeno (0 a 200 ha)	Médio (200 a 1000 ha)	Grande (1000 ha acima)
Aguardente de cana	61,6%	32,8%	4,2%
Arroz em grão	72,2%	19,4%	3,5%
Café torrado em grão	66,7%	27,9%	5,3%
Café torrado e moído	65,1%	15,7%	15,9%
Carne de bovinos (verde)	86,2%	8,2%	5,2%
Carne de suínos (verde)	93,7%	4,5%	0,7%
Carne de outros animais (verde)	85,6%	8,5%	4,1%
Carne tratada (de sol, salgada)	92,9%	5,2%	1,5%
Carvão vegetal	27,8%	5,8%	59,9%
Doces e geleias	94,2%	4,5%	0,2%
Embutidos (linguiças, salsichas, etc.)	95,5%	2,8%	0,0%
Farinha de mandioca	91,6%	3,7%	0,1%
Fubá de milho	74,8%	11,0%	13,3%
Fumo em rolo ou corda	98,9%	0,3%	–
Goma ou tapioca	93,6%	3,1%	0,2%
Legumes e verduras (processadas)	88,2%	0,4%	–
Manteiga	82,9%	11,7%	1,8%
Melado	96,9%	2,7%	0,2%
Óleos vegetais	34,9%	2,6%	53,1%
Pães, biscoitos e bolos	97,1%	1,0%	0,1%
Polpa de frutas	85,5%	12,0%	1,8%
Queijo e requeijão	85,7%	12,1%	1,4%
Rapadura	92,9%	5,4%	0,1%
Suco de frutas	95,1%	2,4%	0,1%
Vinho de uva	99,6%	0,3%	–

Fonte: Censo Agropecuário 2006

Org.: BARBOSA, H. J. N.; MTIDIÉRO, M. A.

*Quantidade produzida (t), exceto os seguintes produtos: aguardente de cana, melado, óleos vegetais, suco de frutas e vinho de uva, cuja unidade de medida é por mil litros.

Na tabela 18, devido à natureza da atividade e da categoria assumida pelo IBGE, os pequenos estabelecimentos rurais agregam a maior parte da produção dos produtos oriundos da agroindústria rural, respondendo, por exemplo, a 97,1% da produção de pães, biscoitos e bolos, 85,5% das polpas de frutas, 88,2% dos legumes e verduras processadas, 85,7% do queijo e requeijão, 86,2% de carne de bovinos (verde), 93,7% de carne de suínos (verde), 65,1% do café torrado e moído e 61,6% da aguardente de cana.

Tabela 19 - Brasil - Distribuição do valor de produção (agroindústria rural)* em 2006

Produto	Pequeno (0 a 200 ha)	Médio (200 a 1000 ha)	Grande (1000 ha acima)
Aguardente de cana	73,1%	21,3%	4,3%
Arroz em grão	74,6%	15,1%	4,4%
Café torrado em grão	71,9%	23,3%	4,7%
Café torrado e moído	66,6%	14,2%	15,4%
Carne de bovinos (verde)	85,3%	9,0%	5,2%
Carne de suínos (verde)	92,8%	5,3%	0,8%
Carne de outros animais (verde)	83,6%	10,0%	4,2%
Carne tratada (de sol, salgada)	93,4%	4,8%	1,6%
Carvão vegetal	24,4%	6,4%	59,6%
Doces e geleias	92,4%	4,9%	0,4%
Embutidos (linguiças, salsichas, etc.)	95,3%	2,8%	0,0%
Farinha de mandioca	91,0%	3,7%	0,3%
Fubá de milho	74,7%	7,5%	16,3%
Fumo em rolo ou corda	98,5%	0,5%	–
Goma ou tapioca	94,0%	2,9%	0,2%
Legumes e verduras (processadas)	76,2%	0,4%	–
Manteiga	82,5%	12,8%	1,3%
Melado	98,2%	1,6%	0,1%
Óleos vegetais	45,3%	5,8%	41,9%
Pães, biscoitos e bolos	96,2%	1,3%	0,1%
Polpa de frutas	87,7%	10,7%	0,9%
Queijo e requeijão	84,3%	13,0%	1,6%
Rapadura	93,0%	5,3%	0,2%
Suco de frutas	95,7%	2,4%	0,1%
Vinho de uva	98,0%	1,9%	–

Fonte: Censo Agropecuário 2006

Org.: BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO, M. A.

*Valor de produção por mil reais (1000 R\$)

Na tabela 19, correspondente aos valores de produção da agroindústria rural, repete-se a conclusão mais uma vez apontada quando analisamos a distribuição dos dados segundo os três estratos de área: os pequenos produzem mais valores em comparação aos médios e grandes estabelecimentos. Esse é um importante dado caso o objetivo seja refletir sobre o poder dos grandes impérios agroalimentares no domínio da circulação e comercialização de comida. Essas agroindústrias rurais localizadas nos pequenos estabelecimentos significam vários estabelecimentos rurais, muitos deles familiares e pequenas indústrias, produzindo alimento e ao mesmo tempo gerando renda e trabalho no campo, o que faz dinamizar a economia de municípios e regiões. Muito diferente do poder de concentração de renda, de

trabalho e econômico das grandes multinacionais. Em termos específicos, as agroindústrias rurais significam distribuição das benesses da produção de alimento, enquanto as multinacionais significam concentração.

No que diz respeito ao valor de produção, a tabela abaixo reúne todos os dados de produção agropecuária trabalhados até o momento. Os dados, agora, não serão apresentados divididos por culturas individuais ou tipo individual de criação, mas agregando diferentes setores da produção agropecuária. Esses dados constituem informação importante no que se refere ao tema da geração de renda no campo, principalmente por ele ser enfatizado pelo agronegócio. Não é raro encontrarmos na mídia ou mesmo na literatura acadêmica a afirmação que é o agronegócio monocultor (geralmente em médios e grandes estabelecimentos) quem gera renda e divisas para o país. Vejamos os dados agregados.

Tabela 20 - Brasil - Distribuição do valor total por setores da produção em 2006*

Sector da produção	Pequeno (0 a 200 ha)	Médio (de 200 a 1000 ha)	Grande (1000 ha e mais)
Animal de grande porte	44,5%	25,2%	30,1%
Animal de médio porte	80,6%	9,0%	9,4%
Aves	75,2%	20,7%	2,7%
Pequenos animais	58,8%	18,5%	15,3%
Total da produção animal	55,4%	22,3%	21,5%
Lavouras Permanentes	74,9%	17,2%	7,8%
Lavouras Temporárias	39,4%	20,0%	40,2%
Horticultura	93,2%	4,0%	0,8%
Floricultura	85,6%	13,1%	0,9%
Silvicultura	34,7%	15,9%	48,6%
Extração Vegetal	69,0%	7,8%	3,8%
Total da produção vegetal	49,7%	18,4%	31,3%
Agroindústria rural	79,2%	8,5%	3,2%
Total geral da produção	51,5%	19,5%	28,3%

Fonte: Censo Agropecuário 2006

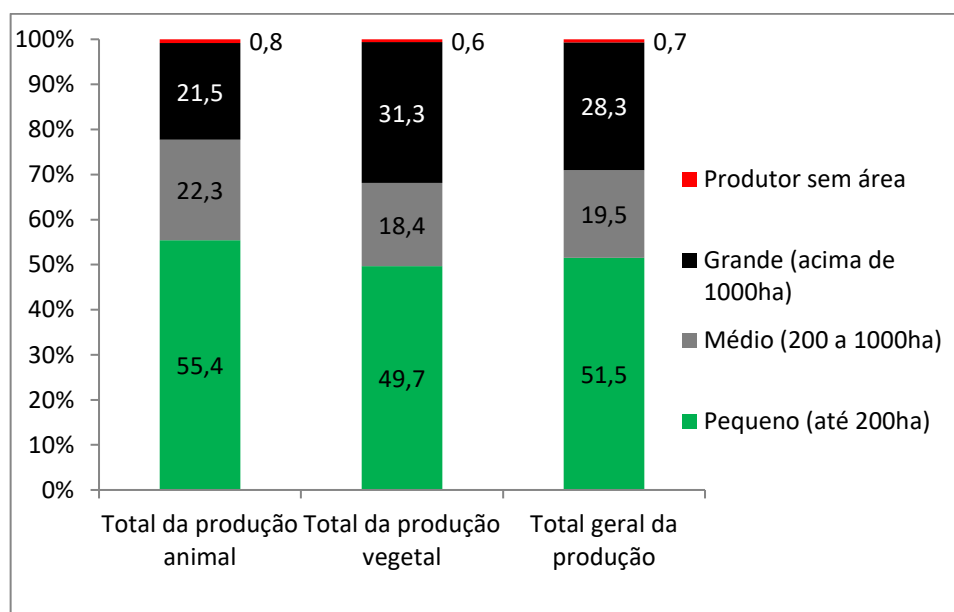
Org.: BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO, M. A.

*A soma entre as classes de área de alguns setores não equivale a 100% devido à categoria *produtor sem área*. O *produtor sem área* é uma nova categoria implementada no Censo 2006 e, segundo o IBGE, refere-se aos empregados que praticam atividade agropecuária no mesmo estabelecimento sujeito à administração do produtor/proprietário, mas cuja referida produção esteve sob sua responsabilidade.

Na tabela 20, os valores totais por setores da produção, concentram-se, mais uma vez, nos pequenos estabelecimentos. Destarte, diante do discurso dos ruralistas, os pequenos são responsáveis por 44,5% do valor de produção dos animais de grande porte, enquanto

os médios respondem a 25,2% e os grandes a 30,1%. As aves (frango/galinha/pinto e demais), os pequenos respondem a 75,2% do valor de produção, os médios 20,7% e os grandes a somente 2,7%. No conjunto do valor de produção animal, a realidade é: 55,4% pelos pequenos estabelecimentos, 22,3% pelos médios e 21,5% pelos grandes. Na produção agrícola, o valor total de produção das lavouras permanentes está dividido da seguinte forma: 74,9% pelos pequenos, 17,2% pelos médios e 7,8% pelos grandes. As lavouras temporárias, 39,4% pelos pequenos, 20% pelos médios e 40,2% pelos grandes. Na horticultura, 93,2% pelos pequenos, 4% pelos médios e 0,8% do total do valor produzido pelos grandes estabelecimentos rurais. No apanhado da produção vegetal, os pequenos são responsáveis por 49,7%, os médios por 18,4% e os grandes por 31,3%. Resultando que no total geral de valores da produção agropecuária, os pequenos são responsáveis por 51,5%, os médios 19,5% e os grandes por 28,3%. Essa realidade fica bem expressa no gráfico 1, incluindo a participação do produtor sem área:

Gráfico 1 - Distribuição do valor total da produção animal, vegetal e do total geral da produção agropecuária por classe de área – Brasil 2006



Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2006 Elaboração: Sá, Thiago H.

Tabela 21 - Brasil – Confronto entre quase pequeno e grande estabelecimento na distribuição do valor da produção em 2006

Sector da produção	Quase pequeno (0 a 10 ha)	Grande (1000 ha e mais)
Animal de grande porte	5,5%	30,1%
Animal de médio porte	18,8%	9,4%
Aves	21,6%	2,7%

Pequenos animais	19,8%	15,3%
Total da produção animal	10,7%	21,5%
Lavouras Permanentes	20,2%	7,8%
Lavouras Temporárias	9,1%	40,2%
Horticultura	48,3%	0,8%
Floricultura	36,1%	0,9%
Silvicultura	9,7%	48,6%
Extração Vegetal	22,9%	3,8%
Total da produção vegetal	13,4%	31,3%
Agroindústria rural	32,4%	3,2%
Total geral da produção	12,6%	28,3%

Fonte: Censo Agropecuário 2006

Org.: BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO, M. A.

No confronto entre os quase pequenos e os grandes no total do valor de produção animal, os quase pequenos ficam com 10,7% e os grandes 21,5%; para o total do valor de produção vegetal, os quase pequenos apresentam 13,4% e os grandes estabelecimentos 31,3%. Tais percentagens revelam que, nessa comparação injusta, já que a desproporcionalidade de área é gritante, os quase pequenos também se destacam pelo seu potencial de geração de valor e renda no campo. Desse modo, não podemos deixar de ressaltar aqui, que os quase pequenos geram quase a metade do valor gerado nos grandes estabelecimentos, mesmo detendo 7,8 milhões de hectares de terra contra 150 milhões dos grandes (2,3% contra 45% do total das terras dos estabelecimentos agropecuários).

Essa realidade deveria deixar (ou deixa) de cabelos em pé os grandes proprietários rurais que lançam mão de variadas ações para bloquear a realização da reforma agrária. Quando não é pela força política ou pela força física, os ruralistas usam até o conhecimento acadêmico para justificar o seu poder sobre a terra, vide o estudo realizado pela FGV/IBRE/CNA que inverte a realidade exposta nas tabelas apresentadas até o momento.

Lembrando que os dados trabalhados na análise da CNA levam em consideração a dimensão valor de produção e não os dados de volume de produção. Essa opção metodológica é estratégica não somente porque o valor de produção é a informação mais importante na ótica capitalista, mas, também, por esse dado, junto com as opções metodológicas escolhidas, possibilitar a reversão da realidade que vem sendo mostrada nas tabelas acima. Lembremos: em síntese, os dados da pesquisa da CNA apontam que os pequenos não têm importância produtiva e econômica. Voltaremos a esse tema no fechamento do texto.

A tabela 22 toca em um tema patente da sociedade moderna: o trabalho e a geração de trabalho.

Tabela 22 - Brasil - Pessoal ocupado nos estabelecimentos em 2006 por classes de área

Classes de área	Número	Número (%)
Pequeno (0 a 200 ha)	13 973 041	84,3%
Médio (200 a 1000 ha)	1 151 521	7,0%
Grande (1000 ha acima)	768 247	4,6%
Produtor sem área	675 396	4,1%
Total	16 568 205	100%

Fonte: Censo Agropecuário 2006 Org.: BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO, M. A.

Na tabela 22, o discurso de geração de emprego pelo grande agronegócio monocultor cai, literalmente, por terra, uma vez que os pequenos estabelecimentos rurais são responsáveis por 84,3% do pessoal ocupado, os médios por 7% e os grandes respondem por apenas 4,6% desse contingente.

Tabela 23 – Brasil – Confronto do pessoal ocupado nos estabelecimentos entre quase pequeno e grande estabelecimento em 2006

Classes de área	Número	Número (%)
Quase pequeno (0 a 10 ha)	6 749 308	40,7%
Grande (1000 ha acima)	768 247	4,6%

Fonte: Censo Agropecuário 2006 Org.: BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO, M. A.

No confronto entre quase pequeno e grande estabelecimento rural, os quase pequenos são aproximadamente 10 vezes mais importantes na geração de trabalho do que os grandes. Enquanto os grandes empregam somente 4,6% do pessoal ocupado, os quase pequenos são responsáveis por 40,7%.

Diante do que vem sendo discorrido ao longo desse texto, de algumas análises e da explicitação dos dados segundo a metodologia proposta para a sua consecução, a tabela a seguir mostra nas mãos de quem estão as terras brasileiras e expressa a contradição nevrálgica que produz o Brasil como um país injusto e cruel.

Tabela 24 – Brasil - ESTRUTURA FUNDIÁRIA - Número, área e área média dos estabelecimentos em 2006 por classes de área

Classes de área (ha)	Estabelecimentos*	%	Área (ha)	%	Área Média (ha)
Pequeno (0 a 200 ha)	4 668 183	90,2%	99 911 625	29,9%	21
Médio (200 a 1000 ha)	204 856	4,0%	83 625 315	25,1%	408
Grande (1000 ha acima)	47 578	0,9%	150 143 095	45,0%	3156

Fonte: Censo Agropecuário 2006 Org.: BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO, M. A.

*O percentual de estabelecimentos não totaliza 100% devido ao *produtor sem área* que, a despeito de não possuir área e não ter representação no percentual de área, responde por 255.109 ou 4,9% do total de estabelecimentos.

Como aponta a tabela 24, o território brasileiro é marcado por uma extrema concentração fundiária nas mãos de pouca gente, ou melhor, como mostraram os dados de produção agropecuária, **a propriedade privada da terra está nas mãos de quem não produz comida**. Enquanto os pequenos são representados por 90,2% do número de estabelecimentos e se apropriam de apenas 29,9% da área em hectares, os médios representam 4% dos estabelecimentos e 25,1% da área ocupada. Já os grandes, embora representados por somente, tão somente, 0,9% do número de estabelecimentos, acabam se apoderando privadíssimamente de 45% da área. Enfatizando: 90,2% dos estabelecimentos detêm menos terra do que 0,9% dos estabelecimentos rurais.

E vale considerar que os dados do IBGE não nos permite chegar à totalidade da concentração fundiária, pois esses dados investigam características dos estabelecimentos rurais, mas não a sua propriedade jurídica. Ou seja, uma pessoa física ou jurídica pode ser proprietária de vários estabelecimentos rurais, sendo esse dado não levantado pelo órgão estatístico. É contado o número de estabelecimentos e não qual proprietário ou ocupante detém um ou mais estabelecimentos. Já não bastasse saber que 0,9% detêm 44,4% das terras, devemos considerar que dentro desse universo de 0,9% de estabelecimentos pode haver fazendeiros proprietários de outros estabelecimentos, o que faz com que a realidade da concentração fundiária seja ainda mais perversa.

Com os dados elegidos e apresentados a partir da metodologia proposta para esse estudo, faz-se mister analisar o papel do Estado como fornecedor de recursos financeiros (créditos/financiamentos). O ponto de partida para a análise desse dado financeiro é ter em mente que as tabelas acima mostraram, clara e explicitamente, que os estratos de área considerados pequenos (até 200 hectares) são responsáveis pela maior parte do volume e do valor de produção do total da produção agrícola e pecuária brasileira.

Tabela 25 – Brasil - Número de estabelecimentos e valor obtido através de financiamentos

Classes de área	Número	Número (%)	Valor (1000 R\$)	Valor (%)
Pequeno (menos de 200 ha)	849 754	92,5%	7 862 164	36,7%
Médio (de 200 a 1000 ha)	34 443	3,7%	4 034 612	18,9%
Grande (1000 ha acima)	8 444	0,9%	9 435 604	44,1%
Total	919 116	100%	21 393 991	100%

Fonte: Censo Agropecuário 2006 Org.: BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO, M. A.

Não bastasse a estrutura fundiária superconcentrada confrontada com os dados de produção agropecuária expor o quanto a organização do território e da economia brasileira é anacrônica e injusta, no que se refere à distribuição de recursos para financiamento, no qual o dinheiro público compõe a maior parte disponibilizada, as contradições são aguçadas.

Ou seja, aqueles que detêm a maior parte das terras não são os maiores produtores de comida, porém são eles que recebem a maior fatia dos recursos para financiamento, e, pelo contrário, a classe que possui a menor porção das terras rurais são os que mais produzem, contudo recebem bem menos financiamentos para produção. Embora tenham recebido apenas 36,7% do valor disponibilizado, os pequenos correspondem a 92,5% (849.754) dos estabelecimentos que receberam financiamento. Para os médios, a percentagem dos financiados foi de 3,7% (34.443), sendo o acesso ao montante dos recursos o equivalente a 18,9%. Já os grandes, 0,9% (8.444) dos estabelecimentos receberam financiamento, abocanhando 44,1% de todos os recursos oferecidos. Cada estabelecimento pequeno que recebeu financiamento teve, em média, R\$ 9.252, enquanto médios e grandes receberam R\$ 117.138 e R\$ 1.117.433, respectivamente.

O questionamento é muito simples: como é que os produtores rurais que possuem menos terra, mas *“botam comida na mesa dos brasileiros”*, receberam a menor parte dos recursos financeiros oferecidos? Por outra dimensão: como é que os grandes estabelecimentos rurais, responsáveis pela menor quantidade de comida produzida, abocanham a maior parte dos recursos, na sua maior parte, públicos? Certamente a resposta a esses questionamentos deve ressaltar a capacidade de resistência do campesinato às adversidades produzidas pelo mundo do mercado e as opções perversas assumidas pelos sucessivos governos que assumiram o Estado brasileiro.

UMA COMPARAÇÃO POSSÍVEL ENTRE OS ESTUDOS

Com a exposição das tabelas podemos confrontar os dados trabalhados por nós com os resultados alcançados pelo Volume Especial Censo Agricultura Familiar do IBGE 2006, expressos na pesquisa elaborada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA/IBGE, 2009), e com o estudo encomendado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Embora as metodologias sejam diferentes, alguns parâmetros podem ser rivalizados. Lembrando que o estudo do MDA/IBGE dividiu os dados entre “agricultura familiar” e “não familiar” e a pesquisa da CNA dividiu entre “enquadráveis” e “não enquadráveis” no PRONAF e trabalharam os dados enfatizando valor de produção

quase que desconsiderando os dados de quantidade (volume) produzida. No nosso estudo, apenas dividimos os dados do Censo 2006 em 3 estratos de área, a fim de ver como está distribuída a produção ou em qual deles se concentra o volume e o valor da produção para depois confrontar, em alguns cultivos e criações, o estabelecimento de até 10 hectares com os estabelecimentos acima de 1.000 hectares. O resultado foi apresentado nas tabelas acima, mostrando a enorme supremacia produtiva do “pequeno” estrato de área, que tem potencial produtivo maior do que o apontado pelo MDA/IBGE (2009) e muito maior do que os resultados do estudo realizado pela FGV/IBRE a mando da CNA (2010).

Vejamos. Pelos dados do MDA/IBGE a agricultura familiar é responsável por 87% da mandioca produzida, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 16% da soja, 58% do leite, 50% das aves, 59% dos suínos e 30% dos bovinos. Já na metodologia adotada para esse artigo, os pequenos estabelecimentos respondem a 90,8% da mandioca produzida, 78,3% do feijão²⁸, 57% do milho, 71,5% do café²⁹, 42,3% do arroz, 41,4% do trigo, 22,7% da soja, 78,5% do leite³⁰, 88,7% das aves³¹, 84,3% dos suínos e 39% dos bovinos. Nos dados de pessoal ocupado, o IBGE apontou 74,4% do pessoal ocupado nos estabelecimentos da chamada agricultura familiar, enquanto no nosso estudo os pequenos estabelecimentos correspondem a 84,4%. Portanto, na metodologia proposta para esse artigo, o potencial produtivo dos pequenos e seu papel de geração de trabalho são maiores do que o já apontado pelo Censo Agricultura Familiar.

Nos resultados do estudo da CNA (2010) os dados são de valor de produção distribuídos entre os enquadráveis e os não enquadráveis. Para a CNA, os enquadráveis no PRONAF (o que de forma aproximativa seriam os agricultores familiares para o IBGE e MDA e os pequenos estabelecimentos para esse artigo) são responsáveis por apenas 48,7% do valor de produção da mandioca e 22,5% do café, 8,8% da soja, 25% do arroz, 31,7% do milho, 36,6% do feijão de cor. Ou seja, os resultados produzidos pela CNA são diametralmente opostos a esse estudo e aos dados trabalhados pelo MDA/IBGE. No caso da metodologia adotada para esse artigo, os pequenos (até 200 ha) são responsáveis pelo valor de produção de 89% da mandioca, em média por 75% do café³², 24,1% da soja, 42,8% do arroz, 56,8% do milho, 61,5% do feijão de cor. O estudo da CNA não trabalhou

²⁸ Cálculo da média ponderada para os 3 tipos de feijão (preto, fradinho e de cor).

²⁹ Cálculo da média ponderada para os 2 tipos de café (arábica e robusta ou conilon).

³⁰ Cálculo da média ponderada para os 3 tipos de leite (de vaca, de cabra, de búfala).

³¹ Cálculo da média ponderada da produção de frango/galinha/pinto e demais aves.

³² No estudo da CNA eles não informam qual o tipo de café, se arábica ou robusta, por isso calculamos a média ponderada da produção dos pequenos para os 2 tipos de café.

os dados de pessoal ocupado, provavelmente por ser impossível mostrar estatisticamente que o grande agronegócio monocultor é superior em geração de trabalho.

Portanto, pensamos que o estudo da CNA serve como contra-estatística para questionar todo o burburinho institucional causado pela afirmação do MDA/IBGE de que a agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros; o que o nosso estudo mostrou chegar a patamar superior aos amedrontadores 70%, se analisarmos a maior parte dos alimentos em separado e no seu conjunto³³.

Com isso, vamos na direção do estudo realizado por Paulino (2015, p. 17)³⁴ que resultou na evidência clara de que existe uma *“relação inversamente proporcional entre tamanho dos estabelecimentos rurais e indicadores relativos a eficiência econômica, para não dizermos cumprimento da função social da terra, como geração de empregos, receita monetária e potencialização produtiva de créditos públicos.”*

Em estudo posterior, a respeito do valor de produção e geração de renda, a mesma autora produziu o seguinte dado sobre o Brasil e o estado do Paraná:

De acordo com o último Censo Agropecuário, a receita dos estabelecimentos paranaenses com mais de 1.000 hectares foi de 741,19 reais por hectare, ao passo que os estabelecimentos com menos de 10 hectares faturaram 3.632,46 reais em igual fração de terra, ou seja, cinco vezes mais. Mais discrepante ainda se verificou em escala nacional: para o Brasil, os valores foram de, respectivamente R\$ 309,12 e R\$ 2.793,20, logo nove vezes mais. Na escala local a tendência não foi muito diversa da regional: em Londrina, a diferença em dividendos por hectare entre os estabelecimentos com mais de 1000 e menos de 10 hectares foi de quatro vezes e meia, mais precisamente de R\$ 756,30 e R\$ 3.401,33, respectivamente.

Em um estudo coordenado por Sauer (2016, p 14), relacionando os dados de concentração fundiária com concentração de renda e índice de desenvolvimento humano, chegou a seguinte conclusão:

A análise dos dados demonstrou que os municípios com concentração fundiária inferior (80%) apresentaram, em média, maior IDHm e menor

³³ Não nos aventuramos de propor uma média para todos os alimentos consumidos por limitações de ordem estatística, já que é impossível unificar cultivos e produtos da pecuária que possuem grandezas diferentes.

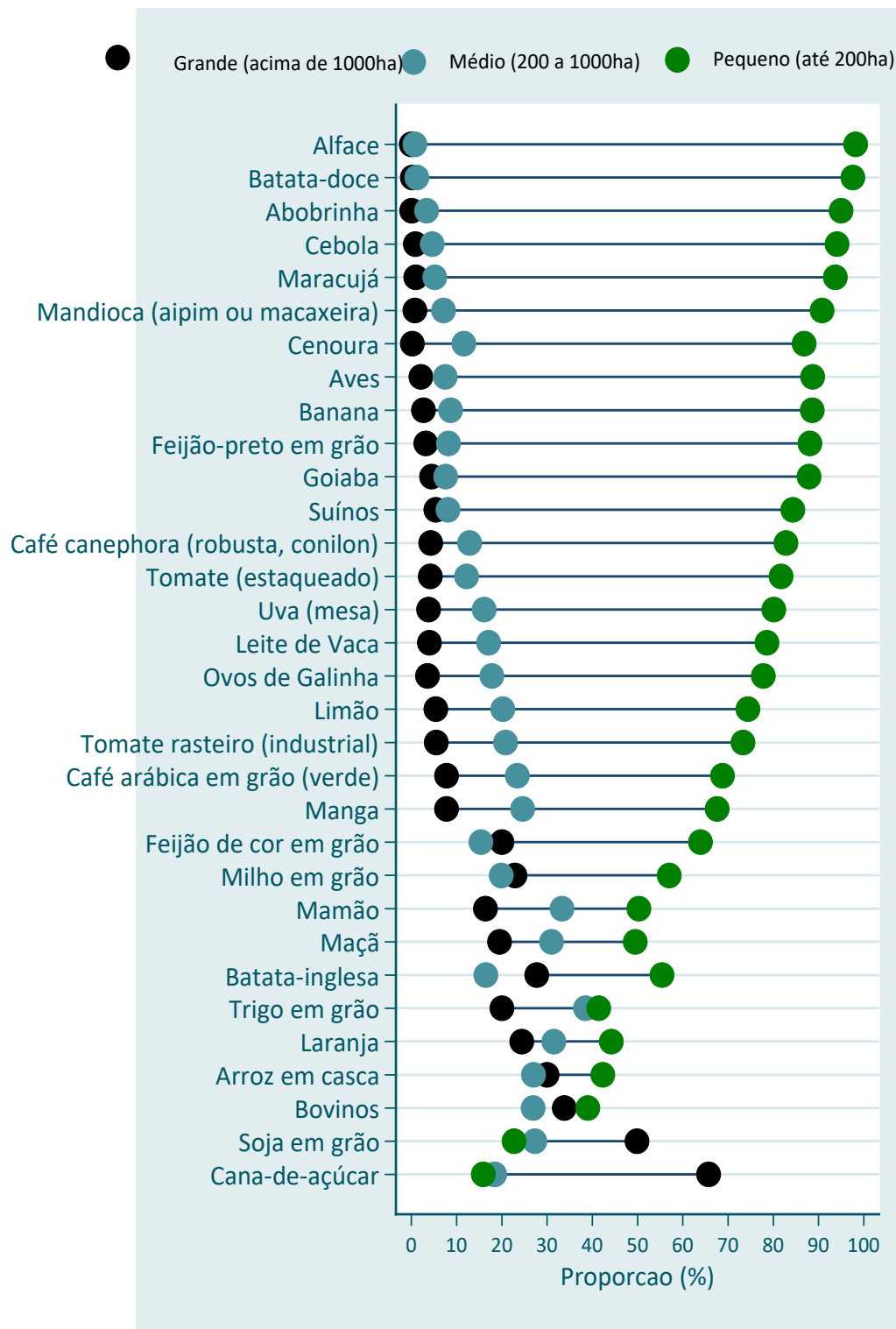
³⁴ Resumimos a metodologia adotada por essa autora para não tornar o texto maçante frente às várias e diferenciadas metodologias para trabalhar os dados do IBGE apresentadas nesse texto. Paulino dividiu os dados de área, crédito agrícola, valor de produção, empregos e investimentos em quatro estratos de área: até 50 ha, 50-199 ha, 200-1.000 ha e acima de 1.000 ha. O resultado não foi outro: o que consideramos pequenos estratos, até 199 hectares, concentram a geração de empregos e o valor de produção, enquanto os outros estratos concentram área e créditos agrícolas. Ainda, a autora enfatiza a ociosidade das terras nas mãos dos grandes proprietários: *“A despeito de a falta de terras e demais carências a ela associadas afetarem a capacidade de os camponeses abastecerem-se a si e ao mercado, eles tem demonstrado uma eficiência superior a dos demais, mas isso se deve menos a razões de ordem técnica e de competência gerencial e mais à flácida disposição dos últimos em observar o princípio constitucional que impõe a obrigatoriedade de manter a propriedade produtiva, observados os dispostos na legislação trabalhista e ambiental”* (PAULINO, 2015, p. 13/15).

concentração de renda. Ao mesmo tempo, quanto maior a concentração fundiária, menor o PIB *per capita*. Estes resultados alertam para uma dupla situação que estrutura um círculo vicioso: nos municípios onde a agricultura é a atividade econômica mais relevante, quanto maior a concentração fundiária, maior a concentração de renda.

As duas pesquisas ensejam as conclusões que cremos estar expressas no que as tabelas revelam. A pequena produção agropecuária é responsável pela maior parte do volume e do valor da produção, com isso, produz e distribui renda, melhorando a vida das populações rurais.

A diferença da capacidade produtiva (e por consequência, geração de renda) dos pequenos estabelecimentos em relação aos demais estratos é proeminente no Gráfico 2. Com isso, encerramos essa seção mostrando a diferença e a distância que os pequenos estabelecimentos possuem em relação aos médios e grandes no que diz respeito à proporção da produção de alimentos corriqueiros na mesa do brasileiro.

Gráfico 2 – Diferença proporcional entre pequeno, médio e grande estabelecimento no volume da produção de importantes alimentos consumidos no Brasil - 2006



Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2006

Elaboração: Sá, Thiago H.

O CONHECIMENTO ACADÊMICO, SUAS CONTRADIÇÕES E OPÇÕES IDEOLÓGICAS

Podemos ver por esse texto que existem várias possibilidades de trabalhar os dados quantitativos do Censo Agropecuário do IBGE (2006), ao ponto que forçosamente podemos chegar à máxima de que cada pesquisador pode usar os dados como bem entender a partir de metodologia própria. Também vimos que há a possibilidade de privilegiar dimensões, apontar deduções e até falsear os resultados a partir da “invenção” metodológica adotada. No espírito das reflexões de Lowy (1994), basta aceitarmos que existe uma estreita relação entre as visões sociais de mundo (ideologias) e o conhecimento produzido em cada uma dessas visões. Entretanto, devemos também assumir que esses conhecimentos produzidos podem ser substratos para ações sócio-política-territoriais.

No caso desse estudo, pautado na visão ideológica que tende fortemente à luta histórica pela justiça social no campo - a partir da crítica para uma distribuição mais igualitária da terra no Brasil e na injunção de outra forma de apropriação dessas terras diante da resposta de quem produz comida no Brasil -, a opção metodológica foi inequívoca. Basta saber se a opção metodológica do estudo da CNA, por exemplo, também foi inequívoca.

Creemos que ela seja inequívoca diante da estratégia econômica e política que ela visa empregar, mas **absolutamente equivocada** diante da realidade que salta aos nossos olhos sobre o papel do pequeno produtor camponês na sociedade brasileira. Do nosso lado, ao constatar que os sujeitos que produzem mais alimentos são os que possuem menos terra (geralmente terras menos favorecidas do ponto de vista da fertilidade, acesso à água, localização geográfica, etc.) e são menos assistidos pelo Estado, enfatizamos que a visão social que domina é a de justiça social e de crítica radical à ordem estabelecida. Visão que não aparece em estudos dos acadêmicos apologistas ou serviciais ao agronegócio.

Destarte, é importante salientarmos que a nossa opção metodológica não visou provar resultados alcançados a priori! Apenas tínhamos referências de outros estudos, como as pesquisas de Oliveira (1991, 2003). Assim, expomos, pela “milésima vez”, que o objetivo foi dividir os dados entre 3 estratos de área: pequeno, médio e grande; e, em algumas tabelas, propomos uma comparação totalmente injusta entre os estabelecimentos de até 10 ha confrontados com os estabelecimentos acima de 1.000 ha. Se o caso fosse, a priori, de forjar uma metodologia para estabelecer, por si só, uma crítica ao grande agronegócio, e pautados na nossa visão social de mundo buscar estratégias para desmerecer a grande propriedade, bastaria termos levado como parâmetro para divisão dos dados o último

patamar de área apresentado no Censo Agropecuário 2006, que é de 2.500 hectares. Seria uma vergonha, uma desonra ainda maior aos grandes proprietários rurais. Ou seja, se tivéssemos distribuído os dados em pequenos até 200 ha, médias de 200 a 2.500 ha e grandes acima de 2.500 ha, os resultados seriam ainda mais gritantes e desfavoráveis ao poderoso agronegócio. Os grandes estabelecimentos responderiam a ainda menos do pronto de vista produtivo e de geração de valor e trabalho, ao ponto que se o pesquisador elevar a quantidade de terra em hectares para caracterizar o grande estabelecimento rural, inevitavelmente ele apontará uma realidade menos produtiva. E o mais importante dessa assertiva é que essa constatação lógica não se trata de uma relação matemática, mas sim resulta de uma característica social e econômica da distribuição injusta das terras, do papel que a propriedade da terra tem no desenvolvimento do capitalismo brasileiro e do poder político que caracteriza a oligarquia rural.

Diante dessa realidade, os pesquisadores se posicionam. Uns enfatizando as contradições e outros, contraditoriamente, apoiando um pensamento único e um monólogo histórico dos donos da terra e do poder. É esse o caso das pesquisas produzidas por Antonio Marcio Buainain, Zader Navarro, Eliseu Alves e José Maria da Silveira. Estes autores assinam o texto “*Sete teses sobre o mundo rural brasileiro*”³⁵. Os mesmo autores organizaram um megalivro (de 1.186 páginas) sob o título “*O Mundo Rural no Brasil no Século 21. A formação de um novo padrão agrário e agrícola*”³⁶. Esses autores, com destaque a Zader Navarro, constituem, antes e depois do golpe político/parlamentar/jurídico/midiático que derrubou a democracia brasileira em 2016, uma espécie de infantaria acadêmica em defesa do grande agronegócio, ora comportando-se como soldado, ora como “capitão do mato” intelectual.

Segundo os autores, a motivação para organizar o megalivro³⁷ urgiu para discutir o artigo “*Sete teses sobre o mundo rural brasileiro*”. Mesmo fazendo as ressalvas de que esse artigo era insuficiente, por isso a organização do livro, a importância que se quer dar ao referido artigo não existiu no campo acadêmico, sobretudo no campo acadêmico crítico. O livro de mais de mil páginas, importante devido ao tema e a exposição ideológica de defensores do agronegócio, padece da autopromoção dos próprios autores para dar *status* a um ensaio

³⁵ Esse texto foi publicado anteriormente na **Revista de Política Agrícola**, Ano XXII, nº 2, p. 105-121, abr./maio/jun. 2013. A referência tratada no nosso artigo é: Buainain, Antonio et. al. (2014b).

³⁶ Buainain, Antonio et. al., 2014.

³⁷ Vale informar que o livro reuniu 51 pesquisadores distribuídos em 38 artigos. Alguns artigos não corroboram integralmente com a posição ideológica dos organizadores (embora a maioria sim) e raros artigos analisam o tema de forma diretamente crítica à posição defendida pelos organizadores e demais autores, como é o caso do artigo de Pedro Ramos: “*Uma história sem fim: a persistência da questão agrária no Brasil contemporâneo*” (p. 655-694).

acadêmico generalista, acrítico e ideologicamente engajado com o grande capital agropecuário³⁸. As *Sete Teses* aparecem como *Sete Mandamentos do capital agronegócio*.

No texto das *Sete Teses* a terceira tese visa negar frontalmente os resultados apontados nas páginas acima deste texto. Segundo seus autores, “*em nenhum outro momento da história agrária estabelecimentos rurais de menor porte econômico estiveram tão próximos da fronteira da marginalização*” (BUAINAIN et al, 2014b, p. 1.172)

O ponto de partida tanto do livro como do artigo é a decretação da morte da questão agrária brasileira e sua substituição pelo moderno agronegócio monocultor. No título da introdução do megalivro, um aviso: “*Introdução – O mundo rural brasileiro. Interpretá-lo (corretamente) é preciso*”. O “corretamente” fica a cargo, segundo os autores, de certeza absoluta de que: “*como conseguimos saltar de um tempo em que era a questão agrária que ocupava as mentes e as ações políticas, para os dias atuais, em que o setor apresenta-se como o mais dinâmico da economia brasileira*” (BUAINAIN, A. et. al., 2014, p. 39).

Em grande parte dos escritos, não há vacilação quanto à premissa de uma suposta inexistência da questão agrária. Outra recorrência interessante em parte dos textos publicados, principalmente naqueles que os organizadores do livro aparecem como autores ou coautores, é que para promover o agronegócio, existe um deboche aos seus críticos e a aqueles que reiteram a histórica perpetuação da questão agrária; e, para além disso, um certo tom de rivalidade e supremacia diante da crise do setor industrial, a fim de elevar ainda mais a importância do agronegócio.

Também podemos encontrar no megalivro posições tragicômicas, como no texto “*O agronegócio será ecológico*”, de Ademar Ribeiro Romero (p. 509), e a referência de uma posição levantada por Buainain e Garcia (2013) diante da pobreza rural, propondo que para “os pobres do campo” seriam **“necessários ainda a qualificação para o trabalho rural não agrícola e incentivos a estratégia de migração cidadã”**. Repetimos: migração cidadã. Limpar o terreno para o agronegócio monocultor é preciso!

Ao discutir o papel da propriedade e concentração da terra no Brasil, Zander Navarro vai mais longe. Ele nos ensina que a concentração fundiária faz parte do DNA do Brasil, que estamos acostumados com ela, e que, por isso, a concentração é inevitável.

³⁸ Segundo análise de Lauro Mattei, no IV COLÓQUIO AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em novembro de 2014, nas 7 proposições, muitas teses não contém qualquer sustentação empírica. E ainda, não menciona o papel decisivo exercido pela propriedade da terra, que passou a ser um ativo econômico de enormes proporções, em um período que apresenta os maiores percentuais de expansão da concentração da propriedade da terra.

As regiões rurais do Brasil, contudo, mostram que praticamente não existe mais uma questão agrária no Brasil, mesmo que os padrões de desigualdade social permaneçam praticamente intocados, ilustrados pela distribuição da propriedade fundiária (um dos índices mais altos do mundo) se considerado apenas o fator terra, teoricamente uma situação geradora de conflitos sociais permaneceria como a marca principal das regiões rurais, mas essa **não é mais a contradição que tenha a mesma dimensão do passado e gradualmente nos acostumamos com esse padrão fundiário** [grifos nossos] (NAVARRO, 2014, p. 711/712).

E na página seguinte, vem uma cartada impressionante³⁹: ***“Passivos históricos, como a apropriação fraudulenta da terra em diversas regiões e em épocas distintas, a essa altura, não tem a menor possibilidade política de que sejam revistos, tendendo a ser definitivamente legalizadas”*** (NAVARRO, 2014, p. 713). Como se não bastasse tentar justificar um suposto costume e tradição em concentrar terra, o autor decreta o perdão e a impossibilidade de reverter a histórica grilagem (entenda-se, roubo) de terras no Brasil⁴⁰.

Vale destacar o tom rude e grosseiro como são tratados aqueles que tentam, reiteradamente, mostrar as faces, quase sempre perversas, da questão agrária. E, é claro, tanto a realidade camponesa que marca fortemente a produção de alimentos (como esse artigo constatou), quanto o conhecimento produzido sobre eles e a possibilidade de uma transformação do agrário gerada no seio dos movimentos sociais, é severamente desmerecido pelos organizadores do livro.

[...] Vivemos em tempos inacreditáveis, no qual autoridades, lideranças sindicais e, ainda mais surpreendentemente, cientistas sociais e pesquisadores de outras áreas disciplinares parecem ser abúlicos, pois abrem mão de qualquer capacidade crítica sobre a realidade. A reiteração que fazem sobre a existência de “formatos tecnológicos alternativos” (sob a expressão da agroecologia), de “povos tradicionais” (além das comunidades e dos povos indígenas), de uma essencialidade social que seria a marca da “agricultura familiar” (que inexistente, além da forma de administração) e, sobre tudo isso, o que causa enorme perplexidade, o uso crescente do termo “campesinato” (desenterrado do passado remoto) são narrativas que desmoralizam os brasileiros que estudam e interagem com a vida social rural. Como são expressões que pretendem resgatar a existência de uma vida idílica que jamais existiu, sugerindo a existência de um paraíso rural, ocupado por indivíduos virtuosos, portadores de alguma pureza social (...) Para os organizadores desta coleção, a agropecuária é especialmente uma atividade econômica, operada por famílias (principalmente) rurais, atividade imersa em uma economia mais abrangente, hoje internacionalizada. Esquecer esse fato nos coloca no mundo das nuvens e dos contos de carochinha. (BUAINAIN, A. et al, 2014, p. 56, nota 5)

³⁹ Ficamos tentados a usar a mesma carga depreciativa presente no texto do supracitado autor. Permita-nos o seguinte deslize: esse tipo de “cartada” no *Poker* é conhecido como blefe e no Truco (popular jogo de cartas dos caipiras paulistas) como ladrão.

⁴⁰ Cremos ser esse o suprasumo que levou o autor a concluir: “Por tal razão, democracia e reforma agrária, são, de fato, incompatíveis” (NAVARRO, 2014, p. 721).

No geral, são escritos raivosos muito parecidos com as manifestações de rua organizadas pela direita política brasileira recentemente, cheio de lemas conservadores e ataques diretos e ideologicamente engajados. Zander Navarro assina o artigo *“Por que não houve (e nunca haverá) reforma agrária no Brasil?”* e segue uma entoada depreciativa àqueles que pensam o contrário de suas teses. Nesse sentido, muitas palavras e expressões marcam seu texto: “lamentável”, “ingenuidade”, “conjunto de equívocos”, “erros interpretativos”, “autoengano”, “pensamento mágico”, “esdruxula”, “pasma”, “desinformação”, “acríticas”, “infantilizadas”, “teimosa”, “invasões de terra”, “leitura interpretativa deformada” e “canônica e quase religiosa”. A respeito de uma entrevista de João Pedro Stédile, uma das principais lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Navarro disparou: “falsidades factuais”, “absurda demagogia”, “falácias”, “retórica” e intuiu que Stédile “não parece ter ficado corado ao afirmar” que sem reforma agrária não há democracia. Todas essas palavras e expressões podem ser encontradas em poucas páginas, da 698 a 723 apenas.

Em artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo, em 30 de outubro de 2013, sob o título de “Fadas, duendes e agricultura”, Zander Navarro teve a coragem, tanto na condição de consumidor de alimentos, quanto na condição de cientista, de desmerecer, deslegitimar e ironizar a agroecologia e o Plano Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica lançado naquele ano. Mais recentemente, Navarro (2017) em nome da ciência, da sua objetividade e da saga pela “verdade”, imprimiu um discurso puramente serviçal (e ideológico) a favor da chamada “agricultura moderna”, tendo como ponto de partida não a própria agricultura tecnificada, seus resultados e efeitos, mas o ataque às formas alternativas de produção⁴¹. Em um dossiê organizado por Navarro, publicado na revista Sociedade e Cultura da SBPC⁴², o mais profundo argumento que paira no ar contra a agroecologia é um velho discurso largamente utilizado pela bancada ruralista no Congresso Federal, de que sem veneno não seria possível produzir alimento (em grande quantidade e barato) para alimentar a população.

Quase que em uma proposição malthusiana e em um humanismo às avessas, o argumento é: mais população, necessariamente mais veneno e tecnologia isenta de seus

⁴¹ Até concordamos, com muitas ressalvas, que a crítica de Navarro sobre o discurso, ainda frágil, de que a agroecologia é uma ciência, tenha pertinência no campo acadêmico. Mas não concordamos em desmerecê-la como prática social e política, para deslegitimá-la como forma alternativa contra as formas cada vez mais perversas de produção, comercialização e consumo de comida.

⁴² O volume 69, nº 2, da Revista “Ciência e Cultura”, da Sociedade Brasileira para Progresso Científico, trouxe artigos em defesa da agroecologia. Rapidamente, Navarro organizou a contestação a essa edição da Revista, e já no nº 4 do volume 69 da mesma revista, encontra-se uma série de artigos em defesa do agronegócio e combativos a formas alternativas de produção.

efeitos nefastos sobre a sociedade e o ambiente. Tal posição abriu uma fenda no reconhecimento dos trabalhos acadêmicos de Navarro, encaminhando-o para aquilo que José de Souza Silva chamou de “autismo científico”. Silva (2013) arremata sobre o referido pesquisador: “esquecendo que um cientista atua sob a autoridade do argumento e não sob o argumento da autoridade, o autor perde a razão e faz afirmações autoritárias que o colocam na situação frágil que ele só percebe naqueles que critica”.

Vale mencionar que, em tempos de golpe contra a democracia, uma série de produções científicas, discursos políticos e ações governamentais se sustentam no mais autêntico mantra do Positivismo filosófico, qual seja: a neutralidade científica. Disso Navarro e seus seguidores são mestres. Acusam a tudo e a todos de ideólogos e esquerdistas e se colocam como produtores da ciência pura⁴³.

Fora do megalivro e muitos outros produtos da academia, não é difícil encontrar discursos acadêmicos que seguem o pensamento e o projeto do agronegócio. Dentre tantos, um merece destaque: os argumentos e análises feitas por Rodolfo Hoffmann, principalmente por confrontar diretamente a essência dos dados trabalhados pelo MDA/IBGE e por esse artigo. Este pesquisador objetiva desmascarar a noção de que a agricultura familiar produz grande parte dos alimentos, como questiona em seu breve artigo “*A agricultura familiar produz 70% dos alimentos produzidos no Brasil?*”.

Logo de início o autor assevera: “Autoridades afirmaram que a agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil. A **afirmativa é falsa**. O **valor monetário** de toda a produção da agricultura familiar corresponde a menos de 25% do total de **despesas das famílias brasileiras com alimentos**” [grifos nossos] (HOFFMANN, 2014, s/p.). Reparem que o autor usa como dimensão explicativa de sua negativa, o valor monetário e as despesas familiares. Ora, se queremos auferir quem é que produz ou não produz alimentos no Brasil, o dado de valor monetário e despesas familiares

⁴³ Em conversas por e-mail com alguns pesquisadores sobre a produção intelectual de Zander Navarro, disponibilizamos um comentário do professor Carlos Walter Porto Gonçalves, da Universidade Federal Fluminense: “No mínimo, ele [Navarro] esquece que a controvérsia faz parte do campo científico, por mais que se carregue nas tintas para fazer a distinção maniqueísta entre ciência e ideologia, entre a “VERDADE CIENTÍFICA E A MISTIFICAÇÃO”, como se essa própria ideia não fosse em si mesma mistificadora. Na verdade, ele sabe que não está falando para nós do mundo acadêmico que sabemos que a dúvida, a controvérsia, nos move. Ele fala para fora do mundo acadêmico, talvez para seus patrões, que precisam da VERDADE CIENTÍFICA para justificar suas práticas que dependem da eficácia da tecnologia para obter seus lucros e, assim, confundem a tecnologia com a ciência, como se fossem a mesma. Se ele lesse Francis Bacon (1561-1626), o grande formulador da ideia da ciência como tecnologia, não faria essa confusão que talvez sirva para garantir novos financiamentos. Em ciência, é a dúvida que nos move, como já disseram Max Weber, René Descartes e Karl Marx, três intelectuais tão diferentes entre si.

são inócuos e insuficientes⁴⁴. E, se realmente queremos descobrir quem de fato produz alimentos, não importa o valor bruto de produção e o quanto gastam por ele, pois o dado fundamental é o de volume de produção.

Aliás, o valor bruto de produção jamais poderá ser o único parâmetro para medir a importância dos estabelecimentos rurais por duas razões: 1) a dinâmica de reprodução social do pequeno produtor camponês, por exemplo, envolve uma variedade de dimensões, muitas delas extra econômicas, como, por exemplo, a carga que o autoconsumo possui; 2) é evidente que o grande agronegócio exportador atinge altos patamares de valor bruto de produção em algumas poucas culturas/criações em escala, não servindo de parâmetro para os pequenos produtores que comercializam seus produtos em mercados locais ou regionais⁴⁵ (sem levar em consideração o papel negativo que os “atravessadores” têm na comercialização dos alimentos provenientes dos pequenos produtores). Essa desproporcionalidade entre o valor bruto de produção do pequeno *versus* o grande em algumas produções pode produzir conclusões que apontam que a pequena produção não é economicamente viável. Mas vimos nas tabelas acima, que diante da totalidade das culturas levantadas pelo IBGE, os pequenos se sobressaem também no dado de valor de produção, evidentemente devido à existência de imensa quantidade de terras improdutivas nas mãos de grandes fazendeiros.

Entretanto, Hoffmann como tantos outros pesquisadores, enfatizam dados de valor de produção. Vejamos como o próprio autor desabilita o uso dos dados de volume de produção:

Falar em ‘70% dos alimentos’ torna necessário definir o total de alimentos. Somam-se toneladas de soja com toneladas de uva e toneladas de açúcar? Toneladas de açúcar ou toneladas de cana-de-açúcar? Toneladas de trigo, de farinha de trigo ou de pão? Toneladas de soja ou óleo de soja? Dada a grande heterogeneidade dos alimentos é um absurdo somar quantidades físicas.” (HOFFMANN, 2014, s/p)

⁴⁴ Já nos deparamos em nossa trajetória acadêmica com pesquisadores que tentam trabalhar o tema usando dado de “renda familiar”. Essa é outra dimensão dos dados possíveis para análise do agrário que pode não ajudar muito. Auferir o total da renda familiar é variável de alta complexidade, uma vez que a produção camponesa possui estratégias variadas de reprodução, que vai desde a produção para autoconsumo ao trabalho acessório (emprego temporário de membros da família fora do seu estabelecimento).

⁴⁵ Pedrosa (2014, p. 786) chega a propor que em substituição aos parâmetros que definiu pela força da Lei que é Agricultura Familiar, fossem substituídos por um parâmetro diretamente econômico, qual seja, o valor bruto da produção. Segundo a autora “bastaria conhecer o rol de atividades no estabelecimento e seus resultados produtivos e, a luz de seus preços de mercado, estimar a capacidade econômica e financeira da família rural (...). Essa seria a primeira mudança relevante, pois assim se delimitaria com clareza o conjunto total de agricultores familiares, separando-os daqueles de maior porte econômico, aos quais seriam outras políticas a serem oferecidas”.

O questionamento é confuso, mas parece querer afirmar que é impossível saber a quantidade dos alimentos que são produzidos devido à heterogeneidade própria de cada um deles e pelo seu processamento, como a referência que ele faz entre trigo x pão, cana-de-açúcar x açúcar. Ora, não é a somatória de todos os alimentos o ponto de partida, mas sim o volume de produção de cada um deles. Quem produz em quantidade cada um dos alimentos? No nosso estudo a pequena produção ganhou imenso destaque.

Ainda, o autor sugere que para afirmar que os pequenos produtores familiares põem comida na mesa da nação, dever-se-ia objetivar o que da produção torna-se comida. A nosso ver, trata-se de outro questionamento inoportuno. Novamente, o ponto de partida deveria ser a quantidade produzida, ficando em segundo plano a destinação e o processamento dos alimentos. Mas para Hoffmann (2014):

É praticamente impossível avaliar, com precisão razoável, qual é a parcela da matéria-prima usada na produção dos alimentos consumidos no Brasil que se origina da produção da agricultura familiar. Seria necessário analisar, pormenorizadamente, os canais de comercialização de todos os alimentos e das respectivas matérias primas. Além disso, de um ponto de vista econômico, não é correto considerar apenas os fluxos físicos de mercadorias.

Aliás, o argumento é inapropriado até para a dimensão do agrário que ele parece defender. Se a destinação e o processamento do alimento forem a pedra angular para definir quem produz comida para os brasileiros, o grande agronegócio produtor de *commodities* para exportação estaria longe de ser um provedor alimentar desse país.

Mas, não satisfeito com os seus questionamentos iniciais, Hoffmann vai longe nos argumentos para descaracterizar o papel do pequeno produtor familiar. Na segunda parte da sua argumentação, ele se utiliza do dado de valor energético/nutricional dos alimentos para forçosamente concluir que os pequenos não são responsáveis por 70% da produção. Ele usa como primeiro exemplo o valor energético da mandioca, que segundo ele, é produzida em maior quantidade pelos pequenos.

Os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009 permitem avaliar a contribuição dos diversos alimentos para a nutrição dos brasileiros. Para uma amostra de pessoas de 10 anos ou mais foi registrado o consumo de todos os alimentos ao longo de 24 horas. O IBGE também fornece uma tabela que permite calcular a energia e os nutrientes fornecidos por cada alimento. Considerando os alimentos constituídos essencialmente por mandioca (aipim, macaxeira, tapioca, farinha de mandioca, etc.) verifica-se que eles fornecem apenas 2,3% da energia total dos alimentos consumidos.

Considerando os diversos tipos de arroz e as preparações a base de arroz, verifica-se que fornecem 12,9% da energia total dos alimentos consumidos. Essa porcentagem é igual a 11,2% para os diversos tipos de

feijão e as preparações a base de feijão⁴⁶ e é 9,0% considerando os diversos tipos de pão de sal, exclusive o pão de milho, mostrando a importância do trigo na alimentação do brasileiro.

É óbvio que uma avaliação completa da importância da mandioca para a alimentação exigiria considerar a sua contribuição no fornecimento de proteínas, lipídios, etc. Mas o objetivo dessa nota é apenas mostrar que não há justificativa possível para o mito do ‘70%’”. (HOFFMANN, 2014, s/p)

Novamente confuso, o argumento do autor parece se ancorar no valor energético de cada alimento, ou seja, como nenhum dos alimentos tratados por ele nem de longe chega a 70% do valor energético do total dos alimentos consumidos por uma pessoa em um dia, seria impossível a agricultura familiar produzir 70% dos alimentos no Brasil. Em uma relação que não se relaciona, Hoffmann usou o valor energético dos alimentos para mostrar que o volume de produção pouco importa para desvendar quem é que produz comida nesse país. Para ele, não interessa os pequenos serem os maiores produtores de mandioca, o que importa é que a mandioca contribui apenas com 2,3% da energia total dos alimentos consumidos pelos brasileiros.

E para finalizar com “chave de ouro”, o autor desenrola um argumento que explicita sua posição ideológica tão marcante na produção acadêmica, como comentamos no início dessas considerações finais. Para Hoffmann, o agronegócio monocultor coloca o pão na mesa dos brasileiros:

A farinha de trigo é ingrediente básico de muitos alimentos, fazendo com que o trigo seja um produto agrícola cuja contribuição para a energia total dos alimentos consumidos no Brasil seja similar à do arroz. Geralmente o país precisa importar mais do que produz para atender a demanda por trigo. **Se as divisas necessárias à importação de trigo são obtidas, em parte, por meio da exportação de soja, percebe-se que a exportação de soja é, sim, uma maneira de obter os alimentos consumidos no Brasil** [grifos nosso] (HOFFMANN, 2014, s/p)⁴⁷.

Apenas para recordar, os dados do Censo Agropecuário 2006, trabalhados por nós, apontaram que em relação ao volume de produção do trigo, 41,4% é produzido pelos pequenos, 38,5% pelos médios e 20% pelos grandes.

⁴⁶ Interessante seria pontuar o papel do feijão na cesta básica brasileira. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, utilizando-se de dados do IBGE “o feijão é consumido regularmente (cinco dias da semana ou mais) por 71,9% dos brasileiros. Entre os alimentos considerados saudáveis apurados na pesquisa, ele é o campeão disparado. Em segundo lugar estão frutas e legumes (...). Entre as bebidas, o brasileiro não abre mão de leite integral, que está no topo do *ranking* no consumo regular com 60,6%”. (Ver: http://www.brasilpost.com.br/2014/12/10/brasileiros-alimento-feijao_n_6301236.html, acesso em 21/09/2016).

⁴⁷ Hoffmann fortalece a ideia com a seguinte nota de rodapé: “Não esquecer que a soja também é matéria prima para alimentos consumidos no Brasil. Conforme dados da POF 2008-2009, o óleo de soja corresponde a quase 90% pelos domicílios do país”.

Não bastasse o poder econômico e o incomensurável poder político nas três esferas de governo, os grandes proprietários rurais e empresas do agronegócio têm como aliado parte dos intelectuais que ocupam cadeiras nas universidades. Universidade pública (com seus laboratórios de pesquisa), que deveria ser o lugar da crítica às condições sociais, econômicas, políticas, culturais e territoriais as quais a população brasileira se reproduz. No âmbito da população rural e da produção de alimentos, essas condições nos mostram uma realidade envolta em absoluta contradição. Os pequenos estabelecimentos, que abrigam, em sua maioria, o que reconhecemos como produção camponesa, mal assistidos pelo Estado, com pouca terra - e geralmente com as piores terras -, são os que produzem a comida que vai para a mesa dos brasileiros. Essa realidade deveria fazer com que a reforma agrária fosse uma luta e um lema cotidiano na vida de todos nós.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O CENSO DO GOLPE

Em meio à redação desse texto, a democracia brasileira sofreu um Golpe político/parlamentar/jurídico/midiático arquitetado por uma quadrilha de alta periculosidade que há décadas está instalada no Legislativo brasileiro. Bandidos e corruptos tomaram o poder para barrar processos de investigação contra corrupção e para entregar o país, mais uma vez, aos ditames do neoliberalismo e do capital internacional. Sem espaço para aprofundarmos nas determinações do Golpe, apontamos diretamente o que envolve o tema desse artigo. O agronegócio é partícipe fundamental na arquitetura do golpe! O golpe foi uma espécie de “*agrogolpe*”. Eles se organizaram para derrubar o governo eleito e se prepararam principalmente para o pós-golpe, o que vem significando a destruição rápida e sumária de conquistas sociais por populações rurais e a proteção dos espaços naturais.

O agronegócio se aparelhou para atacar por todos os flancos e agora, na condição de esteio ao corrupto e ilegítimo presidente Michel Temer⁴⁸, parecem ter ganho liberdade para tudo. Para quem acompanha as movimentações da bancada ruralista pós-golpe, a percepção é que eles *tudo podem*. De ataque aos direitos e conquistas dos homens e mulheres do campo à garantia de impunidade na escalada de violência que assola as disputas por terra

⁴⁸ Em reportagem do observatório De Olho nos Ruralistas, o jornalista Alceu Castilho fez as contas da participação da Bancada Ruralista nas 3 principais votações que asseguraram Temer como Presidente da República e chegou aos seguintes resultados: 50% dos votos que garantiram o impeachment, 51% dos votos que inocentaram Temer da primeira denúncia de corrupção e 55% dos votos que inocentaram Temer da segunda denúncia de corrupção saíram dessa bancada. (Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2017/10/26/55-dos-novos-votos-favor-de-temer-sairam-da-frente-parlamentar-da-agropecuaria/>, acesso em 01/11/2017.)

nos anos de 2016 e 2017⁴⁹. Diante desse fato concreto, o futuro que se assevera aos pequenos produtores camponeses e movimentos sociais de sem terra é deveras preocupante.

A Confederação da Agricultura e da Pecuária do Brasil (CNA) logo se posicionou abertamente através da nota pública: “*CNA decide apoiar o movimento em favor do impeachment da Presidente Dilma Rousseff*”. Em uma segunda nota, publicada já no fatídico 17 de abril de 2016, a confederação dos ruralistas arremata: “*CNA recebe decisão pelo impeachment consciente da sua responsabilidade no processo de reconstrução do país*”⁵⁰. A pergunta que salta aos corações e mentes daqueles que querem entender o Brasil, é desvendar por que o agronegócio, que pactuou e sempre esteve no poder durante os 13 anos do governo petista, quebrou/traiu o pacto? Por que o agronegócio, que teve uma quantidade de recursos públicos à sua disposição incomparáveis com o que lhes ofereceu o governo do então presidente Fernando Henrique (PSDB), traiu o governo? Por que o agronegócio, que nunca tinha atingido patamares de produção e de lucro tão grandes, traiu o governo que justamente contribuiu para essa realidade? Por que o agronegócio assumiu a farsa jurídica de imputação de crime de responsabilidade da Presidente Dilma Rousseff, baseada nos decretos de créditos suplementares para o Plano Safra, justamente quando ela estava liberando dinheiro para eles? Por que o agronegócio, com grande poder de decisão dentro do governo do PT, traiu essa história recente? Afinal, o agronegócio domina a terra no Brasil, portanto domina boa parte do território, o que os gabarita a dominar parte significativa do Estado brasileiro: por que eles quiseram trocar o poder central para permanecer onde já estavam, ou seja, na posição central da decisão política?

Cientes de muitos vieses analíticos que podem contribuir para responder essas indagações, apegamo-nos a dois deles:

1) Trata-se de tema esquecido pelas ciências humanas brasileira, que é partir do tema da luta de classes que se tenta compreender a realidade conjuntural. Quando outras esferas da política e da economia arquitetaram o golpe e romperam com o governo do PT, restou

⁴⁹ Parece inacreditável, mas sobre as ordens da Bancada Ruralista, Michel Temer editou uma portaria que, na prática, libera o trabalho escravo no Brasil. Essa portaria encontra-se suspensa pelo STF.

⁵⁰ Não podemos deixar de citar um trecho bem cômico dessa segunda nota pública: “... *decidimos nos unir aos movimentos sociais urbanos na mobilização pelo impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Estamos convictos de que, ao sair na frente, contribuimos de forma efetiva para esse resultado*”. Ora, a CNA que tem em sua história o combate aos movimentos sociais, agora faz parte deles? Provavelmente porque se trata de movimentos sociais “**urbanos**”? Na verdade, eles ajudaram a tanger uma parte da classe média despolitizada e absolutamente reacionária, que saiu às ruas para apoiar a derrubada do governo eleito.

às classes se reposicionarem, sendo que o agronegócio tomou o lado do qual ele nunca saiu, o lado da elite nacional⁵¹;

2) Os avanços desde a Constituição de 1988 em assegurar os direitos das terras indígenas, quilombolas, unidades de conservação e reforma agrária por um lado, e um diálogo amistoso entre os governos do PT com os movimentos sociais por outro, nunca agradaram os ruralistas. O pensamento e ações conservadoras e entreguistas que resultaram do rompimento do pacto com o governo eleito (que o ex-presidente Lula chamou durante anos de “governabilidade”) e a composição do governo golpista apontam para um ataque aos povos do campo e contra a reforma agrária, no qual o pequeno produtor camponês se coloca na classe diretamente atingida.

Os acadêmicos apologistas do agronegócio não perderam tempo em sair na defesa do governo golpista, explicitando um ranço colonial e de submissão aos ditames do capital estrangeiro presente, infelizmente, nos bancos acadêmicos da universidade pública. Alguns dos intelectuais analisados nesse texto prontamente gritaram apoio aos usurpadores da democracia. Em um texto, publicado no dia 15 de maio de 2016 no jornal Estadão, sob o título “*A economia Agropecuária brasileira – o que fazer*”⁵², Antonio Buanain, Arnaldo Jardim, Eliseu Alves, José Roberto Mendonça de Barros, Octaciano Neto e ele, sempre ele, Zander Navarro, vociferaram a favor do agronegócio golpista. Numa tacada só, eles usaram o argumento golpista da “gigantesca crise fiscal”, traçaram ações para o governo golpista (“São argumentos oferecidos às autoridades do País”), exaltaram o agronegócio (“Agronegócio é a principal via de superação da crise”), e, de uma vez por todas, decretaram a inexistência da questão agrária (“Como não existe mais demanda social pelo acesso à terra...”) ⁵³. Trocando em miúdos, fortalecem o discurso, nesse período de rompimento da democracia brasileira, de que os pequenos produtores não constituem alternativas ao desenvolvimento agrário nacional.

Como não cabe nesse texto mostrar e discutir os ataques quase que diários aos camponeses, índios, quilombolas, ao patrimônio público e aos espaços naturais, nos limitamos a discutir *o ataque ao Censo Agropecuário e ao IBGE*. O ataque ao censo é um

⁵¹ Mesmo que uma das principais representantes do agronegócio, a Ministra/Senadora Katia Abreu, tenha se posicionado abertamente contra o golpe, o setor, em bloco, “militou” pela ruptura da democracia e fim do governo do Partido dos Trabalhadores.

⁵² Rogamos que o subtítulo desse artigo não tenha tentado fazer uma alusão ao texto “Que Fazer?” de Lenin, quando esse tenta pensar a organização política prática durante o processo de revolução.

⁵³ O texto foi publicado na íntegra pelo referido jornal (<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,a-economia-agropecuaria-brasileira-o-que-fazer,10000051278>, acesso em 17/08/2016), mas estranhamente também encontramos a mesma publicação no site da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, onde um dos autores comanda a pasta (<http://www.agricultura.sp.gov.br/media/13392-agenda-para-a-agropecuaria-maio-de-2016.pdf>, acesso em 17/08/2016).

exemplo clarividente de que o golpe político não foi apenas pela cadeira da presidência, mas, sim, para mudar os rumos da nação brasileira, ao ponto de atacarem por todos os âmbitos da vida social, incluindo o conhecimento que se produz no Brasil e sobre o Brasil. De um processo de sucateamento da universidade pública e das instituições públicas de fomento a pesquisa à entrega da gestão da educação brasileira a representantes do ensino privado; dos cortes severos no orçamento da educação à tentativa de destruição da memória e do legado de Paulo Freire⁵⁴; da perseguição a pesquisadores críticos à “escola sem partido”, e etc., são ações que estão na ordem do dia.

Os ataques chegaram ao IBGE e ao Censo Agropecuário. E, se tomarmos por base os dados que esse texto trabalha e discute, não fica difícil entender porque implodir o próximo Censo Agropecuário (2016). Não cansamos de repetir pela milésima e uma vez que os pequenos produtores rurais são os principais responsáveis pela produção de alimentos, renda e geração de trabalho no campo brasileiro, realidade que, por si só, mostra a importância e urgência da realização da reforma agrária, da criação de limites reais para a propriedade privada da terra e da mudança de curso das políticas públicas do Estado brasileiro, que deveriam estar focadas nesses estratos e sujeitos que produzem alimentos.

Nesse ponto é bom lembrar o assombro dos ruralistas com a publicação dos dados do Censo Agropecuário 2006. A bancada ruralista e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento se esconderam diante do que os dados revelaram e a CNA tratou de montar um *bunker* e produzir pesquisas e análises de dados (ou melhor, pagar por elas) que negassem as revelações do censo 2006.

Com os golpistas no poder, o ataque ao IBGE foi rápido e cirúrgico, e a bancada ruralista tratou de não medir esforços em destruir o legado do Censo Agropecuário. O bandido e ilegítimo presidente Michel Temer empossou como presidente do instituto um serviçal do grande capital agropecuário e discípulo confesso do ultraliberal Roberto Campos, o senhor Paulo Rabello de Castro⁵⁵.

⁵⁴ Existe uma proposta legislativa no Senado para retirar o título de patrono da educação brasileira de Paulo Freire. (Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/proposta-retira-de-paulo-freire-o-titulo-de-patrono-da-educacao-brasileira-d1vvgoq7qwiylouov98mnl0c4>, acesso em 08/11/2017).

⁵⁵ Não é por menos que o sindicato dos servidores do IBGE denunciou incompatibilidades na escolha de Rabello à presidência do IBGE. Ele somava duas características impeditivas: não agia de forma independente do governo e, por sua trajetória e negócios, representaria interesses privados. Na nota do ASSIBGE encontra-se: “As ações de Castro contrariam as diretrizes do Manual de Organização de Estatísticas da ONU, que preconiza: As autoridades que nomeiam o chefe de estatística aplicando um critério adequado exigirão que se trate de uma pessoa sumamente independente. Se há a impressão de que o chefe de estatística se deixa influenciar demasiadamente por uma parte interessada do governo, se colocará em risco a credibilidade dos indicadores econômicos fundamentais e, em última instância, todo o programa de estatística”. (Disponível em: <http://assibge.org.br/alerta-a-sociedade-atual-gestao-pode-jogar-o-ibge-no-descredito-perante-a-sociedade-brasileira/>, acesso em 24/10/2017).

Rabello de Castro chegou ao instituto para mudar. O primeiro passo foi afastar qualquer possibilidade de gestão democrática do órgão. O segundo foi indicar um processo de privatização das pesquisas e possivelmente do instituto.

Logo na sua chegada, o IBGE imprimiu o discurso de que o instituto deveria deixar de ter caráter público estatal; não contar com financiamento público, o que levaria à cobrança pela disponibilização dos dados (situação nomeada pelo sindicato dos servidores do instituto como “IBGE pesque e pague”⁵⁶); direcionar as pesquisas para fomentar o avanço da economia neoliberal e do capital internacional em território brasileiro; diminuir e relativizar o Censo Agropecuário; direcionar os projetos do IBGE a partir das “demandas dos usuários”, etc. No bojo dessas propostas, o IBGE já vinha sofrendo com a redução e esvaziamento do quadro efetivo de funcionários, contratação de funcionários temporários por baixos salários e redução orçamentária que prejudica e impossibilita o cumprimento do programa de trabalho e demandas cada vez mais crescentes; sendo que, agora, com uma gestão autoritária, esses processos se intensificaram⁵⁷.

O Censo Agropecuário entrou na mira dos golpistas. E Rabello dedicou-se pessoalmente em destruir a maior e mais importante base de dados sobre o espaço rural brasileiro. Depois de idas e vindas da realização ou não do Censo Agropecuário ainda durante o governo Dilma, pós-queda do governo, Rabello anunciou que o censo seria realizado da seguinte forma: “realizar mais com menos”. O que na verdade significou realizar menos com menos, ao anunciar cortes no questionário devido à redução no orçamento. Aproximadamente 60% das questões, 1/3 das variáveis do projeto original, foram cortadas, impactando diretamente na possibilidade de conhecer toda a complexidade do campo brasileiro e impossibilitando o próximo censo de comparações com os censos anteriores, implodindo a série histórica. É bom lembrar que o Censo 2006 tinha ampliado suas variáveis e lançado um anuário específico sobre agricultura familiar.

⁵⁶ “Rabello de Castro declarou que o IBGE deve passar a funcionar num sistema de “pesque e pague”, ou seja, que suas pesquisas e serviços sejam colocados na praça como mercadorias, esquecendo-se que os serviços que realizamos têm por objetivo informar ao conjunto da sociedade, visando a elaboração de políticas públicas. A sociedade já custeia o IBGE (...) o que também fere os princípios fundamentais de estatísticas oficiais da ONU, que determinam que as estatísticas sejam públicas e com igualdade de acesso para todos”. (Disponível em: <http://assibge.org.br/alerta-a-sociedade-atual-gestao-pode-jogar-o-ibge-no-descredito-perante-a-sociedade-brasileira/>, acesso em 24/10/2017).

⁵⁷ Rabello de Castro não durou um ano a frente do IBGE. Na condição de homem de confiança de Michel Temer, foi destacado a “apagar fogo” e assumiu a presidência do BNDS depois do pedido de demissão de Maria Silvia Bastos. Lembrando que as ações do governo frente ao BNDS não diferem das ações frente ao IBGE, ou seja, minimizar as funções e o caráter público dessas instituições.

A justificativa dos cortes foi a falta de orçamento, porém, como apontou a nota divulgada pelo Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros (seção local João Pessoa-PB)⁵⁸:

O fato do IBGE atribuir o corte nos formulários de coleta às questões de diminuição orçamentária também soa estranho, uma vez que em comunicado, ano passado, o IBGE alegou⁵⁹ que o orçamento previsto para realização do censo em 2016 era de R\$ 330.800.000 e que a redução para R\$ 266.856.444, aprovada pelo Congresso Nacional, seria a razão para o cancelamento⁶⁰. Contudo, a resposta do instituto ao vazamento das informações afirmava que o corte no questionário era necessário porque foi aprovado apenas metade do valor estipulado, R\$ 505 milhões (...) o valor aprovado desta vez supera em mais de R\$ 100 milhões o previsto para o ano anterior. Ademais, o IBGE afirmava na mesma nota a importância do censo em termos de fornecer informações, dentre outras coisas, sobre a agricultura familiar e do preço dos alimentos, duas das questões mais afetadas pelos cortes no formulário de coleta...

Em resumo, para a realização do censo, já considerando a crise econômica e as dificuldades de liberação de 1.6 bilhões de reais do projeto inicial⁶¹, o IBGE solicitou 330 milhões de reais, sendo liberado somente 266 milhões pela Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional em 14/10/2016, o que fez o IBGE cancelar a realização da coleta. Porém, o governo e o IBGE voltaram atrás e anunciaram a realização do censo com um orçamento de 505 milhões de reais, no entanto com duros cortes no questionário e no número de recenseadores. Ora, de 330 milhões o orçamento pulou para 505 milhões de reais, o que justifica os cortes tão severos, sobretudo no questionário e no detalhamento do universo a ser pesquisado?

Os cortes foram a cortina de fumaça para o ataque ao Censo Agropecuário. Quando da apresentação da redução do questionário ficou explícito as intenções do governo golpista, do grande agronegócio e da presidência do IBGE, que é: obscurecer o maior universo social do campo brasileiro, os camponeses. Em segundo plano, produzir informações de interesse do agronegócio ou não produzir informações que possam agredir o agronegócio, como, por exemplo, informações sobre uso de agrotóxicos⁶². Não produzir

⁵⁸ Nota do GT de agrária sobre as modificações do Censo Agropecuário 2016. Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários. Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Local João Pessoa, 06 de abril de 2017.

⁵⁹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2017/03/1869595-com-menos-verba-ibge-reduz-questionario-de-censo-agropecuario.shtml>, acesso em 2/04/2017.

⁶⁰ Disponível em:

https://ww2.ibge.gov.br/home/disseminacao/destaques/2016_04_18_comunicado_censo_agropecuario.shtml, acesso em 02/04/2017.

⁶¹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/04/1872214-apos-corte-de-verba-ibge-fara-censo-agropecuario-menos-detalhado.shtml>, acesso em 24/10/2017.

⁶² Pode-se ver os cortes comparando o formulário de entrevistas original (Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/documentos/noticias/censo_agropecuario_-

informações que contemplem toda a diversidade da família camponesa e informações detalhadas sobre o uso de agroquímicos no país que mais consome esses produtos no mundo, foi o foco dos cortes⁶³.

Muitas organizações, sindicatos e grupos de pesquisa se manifestaram contra o corte do questionário do censo. O Sindicato dos Servidores do IBGE (ASSIBGE) publicou em seu site a seguinte carta:

Por trás de um argumento tecnicista está um componente político e ideológico claro: a atual gestão está programando o que talvez seja o último Censo Agropecuário do IBGE e sua capacidade de mostrar as desigualdades do campo brasileiro em nível municipal.

Censo Agropecuário mutilado, com ausência de questões fundamentais para o conhecimento da complexa realidade do setor rural brasileiro (especialmente nos temas de qualificação do perfil sócio demográfico da população do campo, da agricultura familiar, do uso de agrotóxicos...)⁶⁴.

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) divulgou nota repudiando os ataques ao Censo Agropecuário:

...vem a público manifestar o seu repúdio a mais uma ação de precarização e imputação de prejuízos à Ciência Nacional, atingindo sobremaneira a qualidade dos dados produzidos e, conseqüentemente, a possibilidade de construção de conhecimento sobre o agrário e o agrícola do país, que possa subsidiar devidamente a elaboração de políticas sociais e de desenvolvimento para o campo brasileiro. A Diretoria de Pesquisas do IBGE, sob o repetido discurso de ausência de recursos, promove uma redução na quantidade e na qualidade de informações a serem levantadas pelo Censo Agropecuário da ordem de 60%. Tal redução concorre com:

- a) a perda histórica de dados que já vem sendo consumada com o comprometimento da regularidade na periodicidade de 10 anos para a realização do Censo, e que, se concretizada tal redução, perde ainda mais a capacidade de análise espacial e temporal comparativas, bem como dos resultados sociais produzidos pelas inúmeras políticas públicas realizadas pelo Estado brasileiro;
- b) a impossibilidade de análise dos processos de desenvolvimento da produção familiar, eliminando as informações relativas ao maior universo

_marcacoes_das_alteracoes_no_questionario_-_15_mar_17.pdf, acesso em 24/10/2017), com a última versão do questionário (Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/documentos/noticias/quest_censo_agro_2017_31032017.pdf, acesso em 24/10/2017). O primeiro formulário continha 24 páginas, o formulário com os cortes foi reduzido a 10 páginas.

⁶³ Supõe-se que nos bastidores do IBGE, o ex-presidente Rabello de Castro, depois de saber da resistência de muitos técnicos do IBGE em realizar a implosão do Censo Agropecuário, teve assessoria direta de representantes do agronegócio para a realização do questionário reduzido.

⁶⁴ Carta da ASSIBGE aos meios de comunicação, aos parlamentares e ao povo brasileiro (<http://assibge.org.br/carta-da-assibge-sindicato-nacional-aos-meios-de-comunicacao-aos-parlamentares-e-ao-povo-brasileiro/>, acesso em 20/05/2017).

social do campo brasileiro, os camponeses (agricultores familiares), considerando que estes sujeitos sociais respondem por mais de 70% da produção nacional de alimentos e mais de 80% do pessoal ocupado no campo brasileiro e foram beneficiários das várias políticas públicas voltadas para a produção, a assistência técnica, a comercialização e a distribuição de alimentos, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outras, que consolidaram a rede Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), e que também colherá prejuízos de acompanhamento de seus resultados;

- c) o não reconhecimento da importância de dados sobre a produção agroecológica e uso de agrotóxicos, uma vez que a retirada das questões sobre os processos produtivos impossibilitam identificar as mudanças nas práticas de manejo ambientalmente corretas e o reconhecimento do pluralismo social e tecnológico da produção agrícola brasileira, e,
- d) a obtusa leitura do espaço rural, no que diz respeito às informações acerca do uso e da disponibilidade dos recursos hídricos que, atualmente, não mais se coloca como um problema isolado das áreas semiáridas do país, mas se revela num problema central de abastecimento e na produção agrícola e agroindustrial em todas as regiões, atingindo drasticamente os grandes centros urbanos e suas áreas limítrofes, concorrendo com a utilização das águas subterrâneas e produzindo quadros generalizados de baixa disponibilidade hídrica. Neste caso, perde-se, inclusive, os resultados das políticas de construção de cisternas e tecnologias sociais de abastecimento público.

Muitas outras instituições e organizações produziram notas de repúdio e preocupação, ao ponto no Ministério Público se manifestar e pedir explicações ao ex-presidente Rabello de Castro sobre os cortes das perguntas sobre os “agricultores familiares”⁶⁵.

O grito “não vai ter censo” de muitos técnicos do IBGE não adiantou e o Censo Agropecuário 2016 começou a coleta dos dados em outubro de 2017 com previsão de término em fevereiro de 2018. Com a redução do questionário e do número de recenseadores, e com a organização da coleta feita às pressas, a credibilidade e importância do censo devem entrar na pauta dos pesquisadores do mundo rural brasileiro.

Completados 10 anos do último Censo Agropecuário, a estrutura agrária possivelmente não sofreu grandes transformações para além daquelas marcadas pela consagrada expressão “modernização conservadora” - por um passo à frente e dois passos atrás. Uma modernização calcada na tecnificação cada vez mais ampliada das diferentes etapas de produção agropecuária, e, ao mesmo tempo, na concentração de terra e capital, no impacto degradante ao meio ambiente, num programa de reforma agrária ineficiente e deficiente, na criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra, e, como em muitos

⁶⁵ Disponível em: <http://assibge.org.br/wp-content/uploads/2017/04/oficio-206-2017-pfdc-mpf.pdf>, acesso em 23/10/2017.

casos, na superexploração do trabalhador rural e na violência como mediadora das disputas por terra.

Diante dessa realidade e dessa conjuntura, os 10 anos do Censo é um feliz aniversário amargo aos pequenos produtores camponeses responsáveis pela comida que alimenta os brasileiros. O que esperar do próximo Censo Agropecuário com os cortes no formulário de entrevistas? Em nossa opinião, nada de novo no que diz respeito às características fundamentais do campo brasileiro. Mesmo com a redução das perguntas, os pequenos, com poucas terras disponíveis e com frágil assistência do Estado, aparecerão como produtores de alimentos, enquanto o grande agronegócio aparecerá, de um lado, como produtor de mercadorias para exportação (*commodities*), e de outro, concentrando terra improdutiva garantida por um imenso poder político⁶⁶.

BIBLIOGRAFIA

BUAINAIN, A. M., ALVES E., SILVEIRA J. M., NAVARRO, Z. **O Mundo Rural no Brasil no Século 21. A formação de um novo padrão agrário e agrícola.** Brasília, EMBRAPA, 2014.

BUAINAIN, A. M., ALVES E., SILVEIRA J. M., NAVARRO, Z. **Sete teses sobre o mundo rural brasileiro.** In: Buainain, A. M. et al, O Mundo Rural no Brasil no Século 21. A formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, EMBRAPA, 2014b.

BUAINAIN, A. M., ALVES E., SILVEIRA J. M., NAVARRO, Z. **Introdução – O mundo rural brasileiro. Interpretá-lo (corretamente) é preciso.** In: Buainain, A. M. et al, O Mundo Rural no Brasil no Século 21. A formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, EMBRAPA, 2014c.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). **Quem produz o que no campo: quando e onde II. Censo Agropecuário 2006.** Brasília, FGV/IBRE, 2010.

FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. D.; MARQUES, V. P. M. **O Censo Agropecuário 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil.** Brasília: NEAD/MDA, 2009.

⁶⁶ Esse imenso poder político reverbera e esta imbricado a uma parte da produção do conhecimento dentro das universidades brasileiras. Pode-se facilmente assistir pelo YouTube (<https://www.youtube.com/watch?v=KfE-9z6a-U8>) o lançamento do livro “Novo Mundo Rural: a reforma agrária e as lutas sociais pela terra”. O lançamento foi na pomposa Fundação Fernando Henrique Cardoso, com a presença dos autores: o professor Zander Navarro (analisado nesse texto) e de Xico Graziano (um acadêmico que se tornou político e assessor do agronegócio; também foi presidente do INCRA e perdeu seu cargo depois do primeiro grande escândalo de corrupção do governo FHC, o caso SIVAM em 1995). Homens de gravata muito distantes das áreas rurais e pesquisadores que não sujam o pé durante trabalhos de campo para levantamento de dados, discutiram o futuro da terra e do homem rural. O ex-presidente FHC faz a apresentação (e o prefácio do livro), e, logo de início, no dia do lançamento, declara: “eles [os autores] tiveram uma virtude que é rara. Eles procuraram entender as coisas tal qual elas ocorrem, e ajustar o pensamento aos processos reais, e não ficar tentando ajustar os processos reais ao pensamento”. Nesse apego ao real enfatizado pelo ex-presidente, Xico e Zander decretam o fim da reforma agrária e zombam das possibilidades históricas e alternativas de justiça social no campo.

FÓRUM NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA E JUSTIÇA NO CAMPO .
Cartilha Limite da Propriedade da Terra. Um direito do Povo. Um dever do Estado.
<http://www.reformaagricariaemdados.org.br/biblioteca/>, acesso em 12/03/2015.

GUEDES, A. C.; TORRES D. A.; CAMPOS, S. K. **Sustentabilidade e sustentação da produção de alimentos e o papel do Brasil no contexto global.** In: Buainain, A. M. et al, O Mundo Rural no Brasil no Século 21. A formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, EMBRAPA, 2014.

HOFFMANN, RODOLFO. **A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil.** Disponível em:
http://famasul.com.br/artigos_interna/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-no-brasil/28545/, acesso 08/07/2014.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/IBGE, 2010.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/IBGE, 2010b.

LÖWY, MICHEL. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento.** São Paulo: Cortez, 1994.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006.** Brasília: MDA/IBGE. 2009.

MITIDIERO JR.; GARCIA, M.; VIANA, P.C. G. **A Questão Agrária no Século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais.** São Paulo: Outras Expressões, 2015.

NAVARRO, ZANDER. **Por que não houve (e nunca haverá) reforma agrária no Brasil?.** In: Buainain, A. M. et al, O Mundo Rural no Brasil no Século 21. A formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, EMBRAPA, 2014.

_____. **Ciência e agricultura.** Revista Ciência e Cultura, vol. 69, n 4, SPBC, out/dez 2017.

OLIVEIRA, ARIIVALDO U. **Os limites do Censo Agropecuário do IBGE.** Disponível <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2010/02/465480.shtml>, acesso em 19/02/2010.

_____. **Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil.** In: Revista Terra Livre, v. 2, nº 21, São Paulo, 2003.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

PAULINO, ELIANE T. **Questão Agrária: lutas, conflitos territoriais e contradições sociais no mundo do século XXI.** In: MITIDIERO, Jr. et al (orgs.), *A Questão Agrária no Século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais.* São Paulo: Outras Expressões, 2015.

_____. **Desencontros e desencantos da função social da terra: impasses à soberania alimentar e à reforma agrária.** Anais da XII Enanpege, UFRGS, Porto Alegre, 2017.

PEDROSO, MARIA T. M. **Experiências internacionais com agricultura familiar e o caso brasileiro. O desafio da nomeação e suas implicações práticas.** In: Buainain, a. M. et al, O Mundo Rural no Brasil no Século 21. A formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, EMBRAPA, 2014.

SAUER, S.; LEITE, A Z.; OLIVEIRA, K R.; FLORES, T. **Terrenos da Desigualdade. Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural.** Relatório Oxfan, 2016.

SILVA, JOSÉ. S. **A crítica a agroecologia de Zander Navarro e seu “autismo científico”.** Jornal Brasil de Fato, 18/11/2013.